



Demonstração financeira

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas

31 de dezembro de 2021



Índice

Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	6
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações dos resultados.....	16
Demonstrações dos resultados abrangentes	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	20
Demonstrações do valor adicionado	22
Notas explicativas às informações contábeis individuais e consolidadas	24

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2021

Mensagem da Administração

Ao longo de 2021, a pandemia seguiu produzindo impactos negativos nas atividades da Companhia. No início do ano, o surgimento da segunda onda afetou novas reservas e elevou pedidos de cancelamentos e reembolsos. Com o início da vacinação, em meados do ano, houve retomada gradual dos planos de viagens, em especial para destinos domésticos. Posteriormente, anúncios de menores restrições à entrada de viajantes, por países de grande potencial turístico, fomentaram aumento de interesse por viagens internacionais. No início de dezembro, a chegada da nova variante (Ômicron), de maior taxa de transmissibilidade produziu nova desaceleração de vendas, em especial para destinos internacionais. No momento da divulgação desse relatório, a maior parte dos seus efeitos no mundo parece ter já se dissipado, e novamente registramos, novamente, aumento de interesse de consumidores por viagens domésticas e internacionais. A Companhia permanece atenta aos desdobramentos da variante e acredita que os efeitos produzidos por ela sejam transitórios pois, a despeito da rápida disseminação, há sinais de estabilização ou declínio dos casos em alguns dos primeiros países acometidos por ela e também naqueles onde operamos.

A retomada do setor deverá seguir impulsionada pela grande demanda reprimida. O índice de atividades turísticas, divulgado na Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE, mostrou em dezembro crescimento pelo 8º mês consecutivo, acumulando 21,1% no ano de 2021, o que é refletido na operação da CVC Corp no Brasil, que em 2021 embarcou 7,7 milhões de passageiros, 30% a mais que em 2020.

O fortalecimento da CVC Corp, tantos em aspectos financeiros como operacionais, aliado ao ambiente mais benigno criam condições para assumirmos nosso papel de liderança no setor de turismo latino-americano. Estamos ingressando em um novo ciclo de crescimento, com importantes entregas de projetos em 2022 que visam melhorar o atendimento ao cliente e também a eficiência operacional, de forma a participar ainda mais de sua jornada de compras e da sua experiência com viagens.

Em agosto concluímos novo processo de capitalização da companhia, totalizando ingresso líquido de R\$ 806,6 milhões de capital em 2021, destinados à amortização de debêntures e reforço do capital de giro. A companhia encerrou o ano com dívida líquida de R\$ 322,9 milhões, menor patamar dos últimos 2 anos.

Permanecemos otimistas com os prognósticos de 2022, entretanto atentos aos principais eventos macroeconômicos, políticos e geopolíticos, que incluem a recém iniciada guerra na Ucrânia. Impactos mais limitados da pandemia e a demanda reprimida terão papel central na recomposição gradativa da malha aérea e no aumento de passageiros embarcados em 2022. O turismo doméstico de Brasil e Argentina devem permanecer aquecidos, ao passo que viagens internacionais devem apresentar crescimento no transcurso do ano, sendo que ainda é prematuro tentar inferir se teremos impactos relevantes da guerra na Ucrânia no nosso ambiente de negócios.

Comentários de Desempenho Consolidado relativos ao 4T21

(As informações a seguir comparam: período de 3 meses findo em 31/12/2021, identificado como “4T21”; período de 3 meses findo em 31/12/2020, identificado como “4T20”. Os exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020 são identificados por “2021” e “2020”, respectivamente.

R\$ milhões	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Receita Líquida	314,0	162,8	92,9%	825,9	624,8	32,2%
Lucro bruto	314,0	162,8	92,9%	825,9	517,4	59,6%
Despesas de Vendas	(64,8)	(44,3)	46,3%	(159,8)	(226,8)	-29,5%
Despesas Gerais e Administrativas	(254,7)	(234,5)	8,6%	(801,0)	(712,6)	12,4%
Outras Despesas Operacionais	(29,9)	6,1	n.s.	(100,2)	(768,6)	-87,0%
EBITDA	(35,4)	(109,9)	-67,8%	(235,1)	(1.190,6)	-80,3%
Depreciação e amortização	(60,8)	(19,5)	n.s.	(208,6)	(212,6)	-1,9%
Resultado financeiro	(42,1)	(89,7)	-53,1%	(101,7)	(135,2)	-24,8%
Imposto de renda	(7,5)	611,6	n.s.	58,7	311,7	-81,2%
Prejuízo	(145,8)	392,5	n.s.	(486,7)	(1.226,7)	-60,3%

Receita Líquida de Vendas e Lucro Bruto

A Receita Líquida no 4T21 cresceu 92,9% em relação ao 4T20, em virtude, principalmente, do maior ticket médio em viagens domésticas (alta temporada), e incremento na demanda por viagens internacionais, sobretudo na Argentina, com consumidores possivelmente reagindo de forma antecipada a potenciais mudanças daquele país. No ano de 2021, a Receita Líquida foi 32,2% superior a 2020, impactada pelo aumento gradual das Reservas Embarcadas e do ticket médio ao longo do exercício.

Despesas de Vendas e Perda estimada por valor recuperável

As Despesas com Vendas da CVC Corp aumentaram em 46,3% no 4T21 frente ao 4T20 por consequência do aumento dos embarques das Reservas Consumidas na Argentina e no Brasil. No Brasil, o principal impacto foi o aumento da provisão e de processamento de cartões de crédito. Na comparação anual, houve, a redução de 29,5% nas Despesas de Vendas ante 2020, por menores despesas com marketing e também em decorrência de reversão de Provisões para Perda, em grande parte constituídas em 2020 em função da pandemia, devido a não materialização dos riscos esperados.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas cresceram 8,6% no 4T21 em comparação ao mesmo trimestre de 2020 por reajuste salarial decorrente de acordo sindical (‘dissídio’, em 10%), maiores despesas com TI e ausência da economia gerada pela redução de jornada de trabalho ocorrida no 3T21, parcialmente compensados por reversão de parte da provisão de bônus. No ano, os fortalecimentos de diversas áreas, como Governança, Clientes e Tecnologia da Informação, contribuem para o aumento de 12,4% ante 2020.

EBITDA e EBITDA ajustado

R\$ milhões	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
EBITDA	(35,4)	(109,9)	-67,8%	(235,1)	(1.190,6)	-80,3%
(-) Itens não recorrentes	(53,4)	(2,6)	n.s.	(46,1)	(777,4)	n.s.
(+) Fee do Boleto (Despesas Financeiras)	(9,1)	(5,3)	71,7%	(29,8)	(24,4)	22,1%
EBITDA ajustado	8,9	(112,6)	-107,9%	(218,8)	(437,6)	-50,0%

Efeitos não recorrentes

R\$ milhões	4T21	4T20	2021	2020
Perdas Covid	-	6,2	-	(40,4)
Consultoria e Serviços	(55,5)	(4,4)	(75,9)	(4,4)
Outros	2,2	(4,4)	29,8	(9,4)
Impairment Intangíveis	-	-	-	(723,2)
Tota não recorrentes	(53,4)	(2,6)	(46,1)	(777,4)

Depreciação e amortização

As despesas com depreciação e amortização aumentaram de R\$ 19,4 milhões em 4T20 para R\$ 60,7 milhões em 4T21. Ao observar o ano de 2021, nota-se uma redução nas despesas de 1,9%, totalizando R\$ 208,6 milhões, que estão relacionados a amortizações das empresas adquiridas pela CVC Corp nos últimos anos, além de maiores investimentos em Tecnologia da Informação.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras no 4T21 tiveram redução de 53,0% em relação ao 4T20, influenciadas pela variação do valor justo de opções e impacto positivo de variação cambial do exercício. No 4T20 tivemos despesa de waiver fee de aproximadamente R\$ 40,2 milhões em virtude da renegociação da dívida. Para o ano de 2021, é possível observar que ao mesmo tempo que Companhia teve maiores despesas com captação e serviços financeiros, também teve aumento nas aplicações financeiras, totalizando uma redução de 24,8% no resultado financeiro negativo apresentado em 2020.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social no ano de 2021 totalizou um valor de R\$ 58,7 milhões frente a R\$ 311,7 em 2020. A alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social em 2021 foi de -10,8% frente a alíquota de -20,3 no último ano, dos quais, queda de 4 p.p. nas despesas não dedutíveis e aumento de 15,1 p.p. pelo aumento de tributos diferidos não reconhecidos.

Lucro (Prejuízo) do Exercício

Em 2021 o Prejuízo Líquido das operações segue demonstrando recuperação no resultado, já que apresentaram um prejuízo líquido de R\$ 486,6 milhões em oposição a R\$ 1.226,7 milhões em 2020. No 4T21, se nota um prejuízo líquido de R\$ 145,8 milhões frente a um lucro líquido de o prejuízo líquido de R\$ 392,5 no 4T20, visto que no 4T20 a Companhia foi impactada positivamente por R\$ 321,3 milhões referentes a imposto de renda e contribuição social referente em decorrência do resultado negativo de 2020.

Comentários sobre as principais contas patrimoniais

Consolidado Ativo	2021	2020	Passivo & PL	2021	2020
Total Ativo Circulante	2.982,9	3.124,2	Total do Passivo Circulante	3.359,7	3.217,4
Total Ativo Não Circulante	1.974,2	1.972,4	Total do Passivo Não Circulante	1.222,2	1.821,6
			Total do Patrimônio Líquido	375,3	57,7
Total do Ativo	4.957,2	5.096,6	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	4.957,2	5.096,6

O ativo circulante totalizou R\$ 2.982,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 frente ao saldo de R\$ 3.124,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma queda de 4,5%, ou R\$ 141,3 milhões. Essa variação resultou, principalmente, da redução do montante registrado na rubrica adiantamento a fornecedor em R\$115,4 milhões menor que o valor contabilizado em 31 de dezembro de 2020, assim como a queda de R\$ 114,9 milhões na rubrica caixa e equivalentes de caixa. Como percentual do total do ativo, o ativo circulante representava 60,2% em 31 de dezembro de 2021 e 61,3% em 31 de dezembro de 2020.

O passivo circulante totalizou R\$ 3.359,7 milhões em 31 de dezembro de 2021 em comparação a um saldo de R\$ 3.217,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. O aumento de R\$ 142,3 milhões registrado foi ocasionado pelo aumento dos valores lançados em fornecedores e contratos a embarcar (juntos representam aumento de R\$ 296,5 milhões ou 42,4% de aumento em relação ao mesmo exercício comparativo). Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representou 65,9% em 31 de dezembro de 2021 e 63,1% em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2021, o total do patrimônio líquido, incluindo participação dos acionistas e não controladores foi de R\$ 375,3 milhões em comparação a um saldo de R\$ 57,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Este aumento decorre essencialmente da capitalização realizada em 31 de agosto de 2021 com a emissão de aproximadamente 23,8 milhões de novas ações ordinárias.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM 381/03 informamos que os auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S, prestaram durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 serviços de consultoria associados a capitalização no montante total de R\$ 84 mil. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.



Declaração da Diretoria

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas aos exercícios de 2021.

Agradecimentos

A Administração da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas agradece aos Acionistas, Colaboradores, Franqueados, Clientes, Fornecedores, às instituições financeiras e as demais partes relacionadas, pela parceria, confiança, comprometimento e ao trabalho notável, que têm contribuído para a construção da nossa história.

Santo André, 15 de março de 2022.

A Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Diretores e Conselho de Administração da
CVC Brasil Operadora e Agências de Viagens S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CVC Brasil Operadora e Agências de Viagens S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento da receita

As receitas da Companhia e suas controladas são originadas substancialmente pela intermediação de venda de pacotes turísticos, passagens aéreas, reserva de hotéis e cruzeiros marítimos e inclui montantes intermediados com base nos contratos de prestação de serviço com os clientes. O reconhecimento de receita de intermediação de venda de pacotes turísticos, de passagens aéreas, cruzeiros marítimos e reserva de hotéis envolve julgamento na determinação do momento em que a receita deve ser reconhecida, bem como existe um processo complexo de conciliação entre o valor cobrado do cliente e os repasses efetuados aos terceiros prestadores dos serviços turísticos para mensuração do valor da receita de intermediação conforme critérios de reconhecimento de receita incluídos na nota explicativa nº 22. A Companhia e suas controladas possuem controles manuais e controles automatizados, que são realizados diariamente para registrar e monitorar o reconhecimento da receita. Em nossa visão, em função dos aspectos mencionados acima poderem impactar de forma relevante o montante de reconhecimento da receita, e conseqüentemente, as demonstrações financeiras como um todo, bem como pela relevância dos montantes envolvidos nas transações representar elevado risco de distorção material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto é considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com o reconhecimento de receita incluíram, entre outros:

- Análise da adequação do momento do reconhecimento da receita para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, considerando as datas efetivas de embarque e venda, além de discussões sobre eventuais variações nos montantes da receita reconhecida no exercício as quais se apresentem de forma distinta as nossas expectativas;
- Avaliação, em base amostral, de ajustes feitos sobre as receitas decorrentes da diferença entre o valor da contraprestação recebida e o valor de repasse para os fornecedores de serviços turísticos;
- Avaliação, em base amostral, da rubrica de contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos, cujo saldo contempla a receita diferida da Companhia e também os repasses esperados para os terceiros prestadores dos serviços turísticos, para verificação da existência de obrigação junto aos clientes relacionados a entrega dos serviços turísticos contratados;
- Teste documental dos principais contratos da Companhia firmados no decorrer do exercício, sua contabilização e recebimentos subseqüentes;

- Confirmação de saldos de contas a receber de clientes para as transações associadas às administradoras de cartão de crédito; e
- Avaliação das divulgações da Companhia quanto aos critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos determinadas receitas cujo a obrigação de desempenho havia sido atendida e o reconhecimento da receita não havia ocorrido, tendo sido o referido ajuste registrado pela diretoria da Companhia. Nós consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação de redução ao valor recuperável do ágio

Conforme descrito na nota explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2021 os ativos da Companhia contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R\$ 146.913 mil na controladora e R\$ 381.834 mil no consolidado. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança.

Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto significativo que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto podem ocasionar, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros:

- Envolvimento dos nossos profissionais especialistas em finanças corporativas para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado;
- Análise da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados;
- Teste matemático das projeções de resultados;
- Análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável;
- Análise das informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados para confirmar que as mesmas são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
- Avaliação das divulgações da Companhia quanto aos testes de recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que haja lucro tributável futuro, conforme detalhado nas notas explicativas nº 17. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de imposto diferido ativo líquido era de R\$433.620 mil na controladora e R\$654.741 mil no consolidado.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento envolvidos na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos estimados.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros:

- Análise do cálculo dos impostos diferidos ativos, com o auxílio de nossos especialistas em impostos;
- Análise, de forma geral, das projeções de resultados, elaboradas pela diretoria da Companhia, que suportam a realização futura dos impostos diferidos ativos;
- Análise da adequação da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados;
- Teste matemático das projeções de resultados;
- Análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e dados contábeis, quando aplicável;
- Confirmação que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
- Avaliação das divulgações da Companhia quanto à realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando-se do pressuposto da continuidade operacional, tendo como premissa o fato de que a Companhia e suas controladas estão em atividade e irão manter-se em operação por um futuro previsível de ao menos 12 meses a partir da data das demonstrações financeiras. Essa premissa leva em consideração o pressuposto de que a diretoria não pretende liquidar a entidade ou interromper as operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista além dessas. A nota explicativa nº 1 e nº 3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas detalha como a diretoria da Companhia concluiu que há uma expectativa razoável quanto a sua continuidade operacional para suportar a preparação das demonstrações financeiras com o uso deste pressuposto.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, prejuízo no exercício e prejuízos acumulados, em decorrência dos impactos que a pandemia de Covid-19 teve sobre o segmento de viagens e turismo, com severos reflexos nas atividades e nas receitas da Companhia.

Em razão do alto grau de julgamento relacionados a premissas base dessa avaliação, especificamente associadas à determinação das projeções de fluxo de caixa, e do impacto que qualquer mudança significativa nessas premissas poderia ter na avaliação do pressuposto de continuidade operacional, e conseqüentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros:

- Obtenção e análise da avaliação financeira preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas a capacidade de continuidade operacional e da avaliação das projeções de fluxos de caixa preparadas pela Companhia para os próximos 12 meses a partir da data do balanço;
- Avaliação das premissas utilizadas na determinação das projeções de fluxos de caixa, considerando resultados realizados, dados externos e condições de mercado, bem como a consistência das projeções efetuadas comparadas com o realizado para os últimos anos;
- Leitura dos termos contratuais de debêntures, considerando potencial violação relevante ou novos termos e condições, como também das atas de reuniões de acionistas, dos responsáveis pela governança e de comitês relevantes;
- Avaliação dos acordos sobre prorrogações e alongamentos dos vencimentos das debêntures do ano de 2021
- Avaliação das divulgações da Companhia, incluídas na nota explicativa nº 1 e nº 3 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o pressuposto de continuidade operacional, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 26 de março de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Anderson Pascoal Constantino
Contador CRC-1SP190451/O-5

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	352.045	554.324	795.839	910.829
Títulos e valores mobiliários	5.1.1	131.056	37.000	190.807	37.000
Instrumentos financeiros derivativos	5.1.1	-	1.879	-	1.879
Contas a receber de clientes	7	812.093	845.480	1.092.874	1.147.724
Adiantamentos a fornecedores	8	593.272	691.672	714.181	829.619
Despesas antecipadas	9	32.159	23.985	37.482	29.192
Impostos a recuperar		44.254	71.550	107.987	125.657
Outras contas a receber		14.414	10.178	43.777	42.319
Total do ativo circulante		1.979.293	2.236.068	2.982.947	3.124.219
Não circulante					
Contas a receber de clientes	7	-	424	-	424
Contas a receber - partes relacionadas	20.1	134.143	772.622	-	-
Contas a receber aquisição investida - partes relacionadas	20.1	-	-	-	4.664
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.1	170	5.000	-	-
Despesas antecipadas	9	25.057	7.755	25.799	9.461
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	433.620	377.492	654.741	596.207
Depósitos judiciais	16.2	92.949	77.981	99.720	87.613
Outras contas a receber		184	2.106	12.678	20.719
Investimentos	10	698.967	370.364	-	-
Ativo imobilizado		22.308	18.813	38.240	40.668
Ativo intangível	11	417.448	390.869	1.108.119	1.170.545
Direito de uso de arrendamento	15	18.835	21.939	34.945	42.072
Total do ativo não circulante		1.843.681	2.045.365	1.974.242	1.972.373
Total do ativo		3.822.974	4.281.433	4.957.189	5.096.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo e Patrimônio líquido					
<i>Circulante</i>					
Debêntures	14	218.646	353.554	218.646	353.554
Instrumentos financeiros derivativos	5.1.1	1.398	27.649	1.776	28.174
Fornecedores	12	315.381	310.908	671.444	491.772
Contas a pagar aquisição investidas - partes relacionadas	20.1	17.190	40.226	27.494	40.226
Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	21	1.656.804	1.613.372	2.112.446	1.995.629
Salários e encargos sociais		98.204	94.583	138.303	138.865
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	5.191	7.579
Impostos e contribuições a pagar		26.079	28.655	65.788	51.821
Contas a pagar de aquisição de controlada	18	4.040	4.076	4.040	4.076
Passivo de arrendamento	15	8.611	5.812	12.818	9.009
Outras contas a pagar		60.713	63.518	101.758	96.675
Total do passivo circulante		2.407.066	2.542.353	3.359.704	3.217.380
<i>Não circulante</i>					
Empréstimos	13	-	425.624	-	425.624
Debêntures	14	771.418	729.187	771.418	729.187
Provisão para perdas em investimento	10	19.316	102.176	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	20.1	40.373	126.665	-	-
Contas a pagar aquisição investidas - partes relacionadas	20.1	32.553	47.398	32.553	48.588
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	-	-	-	2.546
Impostos e contribuições a pagar		43.157	28.203	43.157	28.203
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	16	47.438	51.211	243.732	311.222
Contas a pagar de aquisição de controlada	18	64.542	62.077	64.542	62.077
Passivo de arrendamento	15	12.019	19.653	27.722	42.094
Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	21	9.550	100.475	25.476	154.635
Outras contas a pagar		250	851	13.593	17.378
Total do passivo não circulante		1.040.616	1.693.520	1.222.193	1.821.554
<i>Patrimônio líquido</i>					
Capital social	19	1.371.723	960.868	1.371.723	960.868
Reservas de capital		478.712	69.864	478.712	69.864
Ágio em transações de capital		(183.846)	(169.391)	(183.846)	(169.391)
Outros resultados abrangentes		63.252	64.070	63.252	64.070
Ações em tesouraria		(122)	(1.767)	(122)	(1.767)
Prejuízos acumulados		(1.354.427)	(878.084)	(1.354.427)	(878.084)
Patrimônio líquido		375.292	45.560	375.292	45.560
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	12.098
Total do patrimônio líquido		375.292	45.560	375.292	57.658
Total do passivo e patrimônio líquido		3.822.974	4.281.433	4.957.189	5.096.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas	22	523.550	417.260	825.866	624.839
Custo dos serviços prestados	23.1	-	(107.462)	-	(107.462)
Lucro bruto		523.550	309.798	825.866	517.377
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>					
Despesas de vendas	23.2	(90.749)	(78.541)	(161.599)	(135.137)
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	23.2	(2.791)	(60.716)	1.835	(91.632)
Despesas gerais e administrativas	23.2	(566.542)	(426.906)	(1.009.544)	(925.223)
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	23.2	<i>(495.433)</i>	<i>(337.586)</i>	<i>(800.956)</i>	<i>(712.580)</i>
<i>Depreciação e amortização</i>	23.2	<i>(71.109)</i>	<i>(89.320)</i>	<i>(208.588)</i>	<i>(212.643)</i>
Equivalência patrimonial	10	(214.312)	(852.889)	-	-
Outras receitas operacionais	23.2	29.953	27.234	91.486	114.589
Outras despesas operacionais	23.2	(83.116)	(187.934)	(191.686)	(883.209)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(404.007)	(1.269.954)	(443.642)	(1.403.235)
Resultado financeiro	24	(128.464)	(129.545)	(101.662)	(135.189)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(532.471)	(1.399.499)	(545.304)	(1.538.424)
Imposto de renda e contribuição social	17.1	56.128	202.872	58.662	311.688
Corrente		-	3.421	564	3.495
Diferido		56.128	199.451	58.098	308.193
Prejuízo do exercício		(476.343)	(1.196.627)	(486.642)	(1.226.736)
Atribuído a acionistas controladores				(476.343)	(1.196.627)
Atribuído a acionistas não controladores				(10.299)	(30.109)
Prejuízo por ação - básico (R\$)	25			(2,31)	(7,46)
Prejuízo por ação - diluído (R\$)	25			(2,31)	(7,46)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2021

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(476.343)	(1.196.627)	(486.642)	(1.226.736)
Efeito do <i>hedge</i> de fluxo de caixa – parcela efetiva das mudanças no valor justo	1.810	2.013	1.810	2.013
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(684)	-	(684)
Operações no exterior diferenças cambiais na conversão	(2.628)	83.663	(20.187)	97.375
Resultados abrangentes reclassificáveis para o resultado dos exercícios subsequentes	(818)	84.992	(18.377)	98.704
Total dos resultados abrangentes	(477.161)	(1.111.635)	(505.019)	(1.128.032)
Atribuído a acionistas controladores			(477.161)	(1.111.635)
Atribuído a acionistas não controladores			(27.858)	(16.397)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2021

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

		Reserva de capital		Reservas de lucro			Outros resultados abrangentes		Patrimônio líquido	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado		
		Capital social	Pagamento baseado em ações	Ágio em transações de capital	Legal	Estatutárias	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados				Ajustes acumulados de conversão	Hedge fluxo de caixa
Saldos em 01 de janeiro de 2020		663.236	76.814	(255.779)	30.079	288.464	(11.191)	-	(17.784)	(3.139)	770.701	28.495	799.196
Aumento de capital com emissão de ações	18.1	303.485	-	-	-	-	-	-	-	-	303.485	-	303.485
Gasto com emissão de ações	18.1	(5.853)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.853)	-	(5.853)
Outorga de opções ações	18.3	-	(1.262)	-	-	-	-	-	-	-	(1.262)	-	(1.262)
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	-	83.663	-	-	83.663	13.712	97.375
Recuperação de ações		-	-	-	-	-	(4.763)	-	-	-	(4.763)	-	(4.763)
Reserva para aquisição de não controladores		-	-	86.388	-	-	-	-	-	-	86.388	-	86.388
Hedge de fluxo de caixa	4.4	-	-	-	-	-	-	-	1.329	-	1.329	-	1.329
Incentivo de longo prazo	18.3	-	(5.688)	-	-	-	14.187	-	-	-	8.499	-	8.499
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(1.196.627)	-	-	(1.196.627)	(30.109)	(1.226.736)
Consumo de reserva de lucros pelo prejuízo do exercício		-	-	-	(30.079)	(288.464)	-	318.543	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		960.868	69.864	(169.391)	-	-	(1.767)	(878.084)	65.880	(1.810)	45.560	12.098	57.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2021

		Reserva de capital			Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes		Patrimônio líquido	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado	
		Capital social	Pagamento baseado em ações	Ágio na emissão de ações			Ágio em transações de capital	Ajustes acumulados de conversão				Hedge fluxo de caixa
Saldos em 01 de janeiro de 2021		960.868	69.864	-	(169.391)	(1.767)	(878.084)	65.880	(1.810)	45.560	12.098	57.658
Aumento de capital com emissão de ações	19.1	405.003	-	413.144	-	-	-	-	-	818.147	-	818.147
Gastos com emissão de ações	19.1	5.852	-	(17.389)	-	-	-	-	-	(11.537)	-	(11.537)
Exercício de opções através de alienação de ações em tesouraria	19.3	-	(1.116)	-	-	1.645	-	-	-	529	-	529
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	(2.628)	-	-	(2.628)	(17.559)	(20.187)
Aquisição de não controladores	19.6	-	-	-	(15.760)	-	-	-	-	(15.760)	15.760	-
Reserva para aquisição de não controladores	19.5	-	-	-	1.305	-	-	-	-	1.305	-	1.305
Hedge de fluxo de caixa	5.4	-	-	-	-	-	-	1.810	-	1.810	-	1.810
Incentivo de longo prazo	19.3	-	14.209	-	-	-	-	-	-	14.209	-	14.209
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(476.343)	-	-	-	(476.343)	(10.299)	(486.642)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.371.723	82.957	395.755	(183.846)	(122)	(1.354.427)	63.252	-	375.292	-	375.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>					
Prejuízo do exercício	(476.343)	(1.196.627)	(486.642)	(1.226.736)	
<i>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais</i>					
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	17.1	(56.128)	(202.872)	(58.662)	(311.688)
Depreciação e amortização	23.2	71.109	89.320	208.588	212.643
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	23.2	2.791	60.716	(1.835)	91.632
Despesas com pagamentos baseados em ações		18.743	7.236	18.743	7.236
Juros e variações monetárias e cambiais		98.906	51.381	83.117	43.588
Equivalência patrimonial		214.312	852.889	-	-
Provisão para demandas judiciais e administrativas		(3.773)	(3.204)	(19.959)	7.901
Reversão de passivo contingente, líquido de correção		-	-	(41.341)	(71.371)
Mudanças do valor justo da opção de compra		-	-	(3.165)	10.991
Baixa por impairment		-	22.979	-	637.504
Baixa de imobilizado e intangível		3.781	(4.033)	19.163	(1.401)
Baixa de contratos de aluguéis – IFRS 16		(1.100)	-	(2.994)	-
Outras provisões		-	20.845	654	41.078
		(127.702)	(301.370)	(284.333)	(558.623)
<i>Redução (aumento) em ativos</i>					
Contas a receber de clientes		24.649	1.414.521	52.078	1.864.526
Juros recebidos		6.371	9.337	8.969	12.536
Adiantamentos a fornecedores		98.400	(105.377)	116.971	(97.688)
Títulos e valores mobiliários		(94.056)	(37.000)	-151.954	(37.000)
Impostos a recuperar		27.296	22.944	20.009	32.993
Despesas antecipadas		(25.476)	43.213	(24.373)	47.017
Contas a receber - partes relacionadas		4.727	(144.944)	-	-
Outras contas a receber		(17.279)	15.373	(2.841)	114.844
<i>Aumento (redução) em passivos</i>					
Fornecedores		4.473	(243.574)	170.016	(620.746)
Captação de instrumentos derivativos		-	-	-	-
Liquidação de instrumentos derivativos		314	26.650	463	32.789
Contas a pagar - partes relacionadas		(85.025)	(20.803)	-	(3.398)
Contratos a embarcar antecipados		(47.493)	97.013	(24.386)	169.383
Salários e encargos sociais		3.621	54.281	(2.306)	53.016
Impostos e contribuições a pagar		12.377	20.434	28.184	23.051
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(85.209)	(1.959)	(97.330)
Provisão para demandas judiciais e administrativas		-	(2.783)	(1.069)	(11.566)
Outras contas a pagar		(3.400)	(61.053)	(1.734)	(75.185)
Exercício de opções liquidados em caixa		(6.176)	-	(6.176)	-
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais		(224.379)	701.653	(104.441)	848.619
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</i>					
Adiantamento para futuro aumento de capital		4.830	17.896	-	-
Ativo imobilizado		(10.504)	(223)	(12.110)	(1.453)
Ativo intangível		(89.002)	(65.478)	(121.524)	(114.176)
Aumento de capital em controlada		(8.579)	(22.896)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(103.255)	(70.701)	(133.634)	(115.629)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>				
Emissão de debêntures	436.405	-	436.405	-
Liquidação de debêntures	(544.706)	(433.727)	(544.706)	(433.727)
Captação de empréstimos	-	478.210	-	478.210
Liquidação de empréstimos	(439.425)	(466.335)	(439.425)	(467.200)
Aumento de capital	806.610	297.632	806.610	297.632
Juros pagos (a)	(83.562)	(80.260)	(88.066)	(87.862)
Liquidação de instrumentos derivativos	(9.799)	114.014	(9.799)	114.014
Dividendos pagos	-	(56.493)	-	(56.493)
Aquisição de controladas	(38.691)	(44.850)	(39.504)	(53.910)
Pagamento de arrendamento	(7.364)	(11.394)	(10.929)	(17.644)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	119.468	(203.203)	110.586	(226.980)
Varição cambial caixa e equivalentes de caixa	5.887	4.190	12.499	39.095
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	(202.279)	431.939	(114.990)	545.105
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	554.324	122.385	910.829	365.724
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	352.045	554.324	795.839	910.829

(a) Os juros pagos referem-se substancialmente aos custos de obtenção de recursos financeiros e retornos sobre investimentos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
1.Receitas	558.419	387.990	890.904	585.173
Receita bruta de vendas	561.210	448.706	889.069	676.805
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.791)	(60.716)	1.835	(91.632)
2.Insumos adquiridos de terceiros	(244.780)	(388.357)	(430.305)	(506.133)
Serviços de terceiros e outros	(244.780)	(280.895)	(430.305)	(398.671)
Custo dos serviços prestados	-	(107.462)	-	(107.462)
Valor adicionado bruto	313.639	(367)	460.599	79.040
3.Depreciação e amortização	(71.109)	(89.320)	(208.588)	(212.643)
4.Valor adicionado líquido produzido pela entidade	242.530	(89.687)	252.011	(133.603)
Resultado de equivalência patrimonial	(214.312)	(852.889)	-	-
5.Valor adicionado recebido em transferência	28.218	(942.576)	252.011	(133.603)
Receitas financeiras	35.443	22.058	67.264	39.338
Valor adicionado total a distribuir	63.661	(920.518)	319.275	(94.265)
Valor adicionado distribuído	(63.661)	920.518	(319.275)	94.265
<i>6.Distribuição do valor adicionado</i>				
Pessoal	(322.633)	(218.389)	(523.438)	(507.700)
Remuneração direta	(210.443)	(139.592)	(367.757)	(371.943)
Plano de pagamento baseado em ações	(25.611)	(15.622)	(30.983)	(15.189)
Benefícios	(40.672)	(30.780)	(57.543)	(55.232)
Encargos sociais	(45.907)	(32.395)	(67.155)	(65.336)
Impostos, taxas e contribuições	(8.174)	107.161	(40.118)	185.789
Federais	5.526	119.242	(16.435)	205.855
Municipais	(13.700)	(12.081)	(23.683)	(20.066)
Juros e aluguéis	(209.197)	(164.881)	(242.361)	(810.560)
Juros	(151.676)	(110.816)	(177.892)	(157.591)
Taxa de cartão de crédito	(39.293)	(33.740)	(50.380)	(44.304)
Outras	(18.228)	(20.325)	(14.089)	(608.665)
7. Remuneração de capitais próprios	476.343	1.196.627	486.642	1.226.736
Dividendos pagos ou creditados aos sócios	-	-	-	-
Dividendos a pagar ou a creditar aos sócios	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-
Lucros retidos	476.343	1.196.627	476.343	1.196.627
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	10.299	30.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL	244
2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	255
3. IMPACTOS COVID - 19	29
4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES.....	31
5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	31
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	42
7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	42
8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES.....	43
9. DESPESAS ANTECIPADAS	44
10. INVESTIMENTOS	44
11.ATIVO INTANGÍVEL	46
12. FORNECEDORES.....	50
14.DEBÊNTURES	51
15. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO.....	55
16. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS E PASSIVO CONTINGENTE.....	57
17.IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	59
18.CONTAS A PAGAR E CONTAS A RECEBER – AQUISIÇÃO DE CONTROLADA	61
19. PATRIMONIO LIQUIDO	62
20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	70
21. CONTRATOS A EMBARCAR ANTECIPADOS DE PACOTES TURÍSTICOS	72
22. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	72
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	74
24. RESULTADO FINANCEIRO	76
25. PREJUÍZO POR AÇÃO.....	77
26. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	78
27.INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA.....	81
28.SEGUROS.....	81
29.SEGMENTO REPORTÁVEIS.....	81
30. EVENTOS SUBSEQUENTES	83

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. (“CVC” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, de capital aberto, com sede na Rua da Catequese, 227, 11º andar, sala 111, CEP: 09080-370, em Santo André, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão sob o código CVCB3. A CVC e suas controladas (“Grupo”) têm como atividade principal a prestação de serviços de turismo, compreendendo a intermediação, individualmente ou na forma agregada (pacotes turísticos), incluindo passagens aéreas, transporte terrestre, reservas de hotéis, passagens e fretamentos de cruzeiros marítimos, intercâmbio cultural e profissional, entre outros.

A CVC também possui operações nos Estados Unidos através das marcas Trend Travel e VHC Hospitality, na Argentina através das marcas Almundo.com, Avatrip, Biblos, Quiero Viajes e Ola, além de possuir acordos com representantes locais para a prestação de serviços com a marca CVC na Argentina.

Os serviços turísticos intermediados pela CVC são substancialmente oferecidos diretamente aos clientes por meio de prestadores de serviços independentes, de acordo com as premissas da Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/08).

O grupo econômico é formado pela Companhia e as demais empresas controladas abaixo:

Controladas	Tipo	Principal atividade	País-sede	Participação	
				31/12/2021	31/12/2020
Submarino Viagens Ltda.	Direta	Serviços turísticos online	Brasil	100%	100%
<i>Santa Fe Investment Holding B.V.</i>	Indireta	Holding	Holanda	100%	99,9%
<i>São Paulo Real Estate S.A.R.L.</i>	Indireta	Holding	Luxemburgo	100%	100%
Almundo Brasil Viagens e Tur. Ltda	Indireta	Serviços turísticos <i>online</i>	Brasil	100%	100%
Almundo.com S.R.L.	Indireta	Serviços turísticos <i>online</i>	Argentina	100%	100%
TKT Mas Operadora S.A.	Indireta	Serviços turísticos	México	100%	100%
Advenio S.A.	Indireta	Serviços turísticos	Uruguai	100%	100%
Almundo.com S.A.S.	Indireta	Serviços turísticos <i>online</i>	Colômbia	100%	100%
Visual Turismo Ltda.	Direta	Serviços turísticos	Brasil	100%	100%
Trend Viagens e Turismo S.A.	Direta	Serviços turísticos e consolidadora de hotéis	Brasil	100%	100%
Shop Hotel Ltda.	Indireta	Serviços turísticos	Brasil	100%	100%
TC World Viagens Ltda.	Indireta	Serviços turísticos	Brasil	100%	100%
<i>Trend Travel LLC.</i>	Indireta	Serviços turísticos	Estados Unidos	100%	100%
Camden Enterprises LLC. (b)	Indireta	Holding	Estados Unidos	100%	56%
VHC Hospitality LLC. (b)	Indireta	Serviços turísticos	Estados Unidos	100%	69%
VHC Brasil (b)	Indireta	Serviços turísticos	Brasil	100%	100%
Esferatur Passagens e Turismo S.A.	Direta	Serviços turísticos	Brasil	100%	100%
CVC Turismo S.A.U	Direta	Holding	Argentina	100%	100%
Avatrip.com S.R.L (a)	Indireta	Serviços turísticos <i>online</i>	Argentina	100%	60,06%
Servicios de Viajes Y Turismo Biblos S.A. (a)	Indireta	Serviços turísticos	Argentina	100%	60,06%
Ola S.A. (c)	Indireta	Serviços turísticos	Argentina	100%	60%

a) Em 23 de abril de 2021 o grupo CVC Corp exerceu a opção de compra dos minoritários adquirindo a participação societária de 39,94% das empresas Avatrip e Biblos.

b) Em 12 de agosto 2021 o Grupo adquiriu 44% da participação acionária da Camden Enterprises LLC, com essa aquisição o Grupo CVC passa a possuir 100% da participação do Camden e VHC.

c) Em 29 de outubro 2021 o grupo CVC Corp exerceu a opção de compra dos minoritários adquirindo a participação societária de 40,0% da empresa OLA.

Os impactos dos aumentos de participação listados acima são descritos na nota explicativa 10 - Investimentos

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 427.773 na controladora e R\$ 376.757 no consolidado e prejuízos acumulados de R\$ 1.354.427.

A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia e controladas, incluindo: crescimento contínuo das operações, melhoria na gestão de capital de giro, que pode incluir antecipação de recebíveis de cartão de crédito com aprovação das adquirentes e mudança nos termos de recebimento de vendas na modalidade boleto junto às financeiras de bancos.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2022.

2.2 Declaração de relevância

Em conformidade com a OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral e a Deliberação CVM nº 727/14, divulgamos todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3.1 Operações no exterior

Para as controladas do exterior que possuem moeda funcional distinta da Controladora, as receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço e os itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

Os Itens não monetários mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão de itens não monetários mensurados ao valor justo são tratados de acordo com o reconhecimento aplicável ao ganho ou perda sobre a variação do valor justo do item (ou seja, diferenças de conversão para itens cujo ganho ou perda de valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício, respectivamente).

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

O quadro abaixo descreve as controladas e suas respectivas moedas funcionais. A definição da moeda funcional foi feita com base nas orientações do CPC 02 (R2) / IAS 2.

Entende-se por “ambiente econômico principal” aquele onde uma entidade gera caixa pela condução de suas atividades e o consome mediante pagamentos de custos e despesas relacionados a essas atividades. Considerando que o dólar norte americano é base não somente da formação de preços de vendas e negociação com os clientes das empresas, mas também dos principais custos necessários às suas operações, entendeu-se que esta moeda é a que melhor reflete as operações das controladas da Companhia naquele país.

Não houve alteração na moeda funcional da Companhia nem de suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Controladas	Principal atividade	País-sede	Moeda funcional
CVC Brasil CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.	Serviços turísticos	Brasil	Real
Submarino Viagens Ltda.	Serviços turísticos online	Brasil	Real
<i>Santa Fe Investment Holding B.V.</i>	Holding	Holanda	Dólar
<i>São Paulo Real Estate S.A.R.L.</i>	Holding	Luxemburgo	Dólar
Almundo Brasil Viagens e Tur. Ltda	Serviços turísticos online	Brasil	Dólar
Almundo.com S.R.L.	Serviços turísticos online	Argentina	Dólar
TKT Mas Operadora S.A.	Serviços turísticos	México	Dólar
Advenio S.A.	Serviços turísticos	Uruguai	Dólar
Almundo.com S.A.S.	Serviços turísticos online	Colômbia	Dólar
Visual Turismo Ltda.	Serviços turísticos	Brasil	Real
Trend Viagens e Turismo S.A.	Serviços turísticos e consolidadora de hotéis	Brasil	Real
Shop Hotel Ltda.	Serviços turísticos	Brasil	Real
TC World Viagens Ltda.	Serviços turísticos	Brasil	Real
<i>Trend Travel LLC.</i>	Serviços turísticos	Estados Unidos	Dólar
Camden Enterprises LLC.	Holding	Estados Unidos	Dólar
VHC Hospitality LLC.	Serviços turísticos	Estados Unidos	Dólar
VHC Brasil	Serviços turísticos	Brasil	Real
Esfertur Passagens e Turismo S.A.	Serviços turísticos	Brasil	Real
CVC Turismo S.A.U	Holding	Argentina	Dólar
Avantrip.com S.R.L	Serviços turísticos online	Argentina	Dólar
Servicios de Viajes Y Turismo Biblos S.A.	Serviços turísticos	Argentina	Dólar
Ola S.A.	Serviços turísticos	Argentina	Dólar

2.3.2 Transações em moeda estrangeira

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para as respectivas moedas funcionais das sociedades do Grupo, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 10 – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa 15 - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.
- Nota explicativa 16 – Provisões para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente, julgamento se o desembolso de caixa é remoto, possível ou provável.
- Nota explicativa 22 – reconhecimento de receita: designação do Grupo como agente ou principal;

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5.3 – Valor justo de ativos e passivos financeiros – determinação do valor justo de ativos classificados como nível 3 (veja nota 2.5).
- Nota explicativa 7 – Ajuste ao valor recuperável de recebíveis.
- Nota explicativa 11 – Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos demais ativos intangíveis.

- Nota explicativa 16 – Provisões para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Nota explicativa 17 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa 19.2 – Pagamento baseado em ações - premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações.

2.5 Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos e ativos não financeiros, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados em diferentes níveis de uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preço);
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras a valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a classificação (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3. Impactos COVID - 19

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS elevou o estado da contaminação de Covid-19 à pandemia, a qual atingiu escala global e produziu impactos sanitários e econômicos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, criação de condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global, afetando a prestação de serviços da Companhia e suas controladas. A pandemia teve grande impacto sobre o segmento de viagens e turismo, com severos reflexos nas atividades e nas receitas da Companhia.

Ao longo de 2021, a pandemia seguiu produzindo impactos negativos nas atividades da Companhia, especialmente no início do ano, com o surgimento da segunda onda, a qual afetou novas reservas e elevou o número de pedidos de cancelamentos e reembolsos. Com o início da vacinação, em meados do ano, registrou-se retomada gradual em planos de viagens, em especial para destinos domésticos. Posteriormente, anúncios de menores restrições à entrada de viajantes, por países de grande potencial turístico, fomentaram aumento de interesse por viagens internacionais.

A partir de meados de dezembro de 2021, a chegada da nova variante (Ômicron), de maior taxa de transmissibilidade, produziu nova desaceleração de vendas, em especial para destinos internacionais.

Em 31 de dezembro de 2021 a Administração da Companhia realizou análise dos impactos da Covid-19 nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as conclusões dessas análises são descritas a seguir:

a) Impairment: Com base no plano de negócio para os próximos anos a Administração do Grupo não identificou nenhum evento ou condição que pudessem indicar perda por desvalorização de seus ativos, incluindo ativos intangíveis de vida útil indefinida (o teste de impairment é descrito na nota 11);

b) Contas a receber de clientes: O saldo é composto em sua maioria por vendas a prazo com cartões de crédito, sendo o risco de crédito assumido pelas operadoras de cartões. Para as contas a receber de títulos, o risco é integralmente assumido pelas instituições financeiras no momento da venda. No caso de financiamento próprio, em que a Companhia assume o risco de financiamento, o risco de perda foi revisado, e não houve necessidade de constituição de provisão adicional do que já foi registrado como expectativa de perda. (As políticas de gerenciamento de risco de crédito são descritas na nota 5.1.2)

c) Relacionamento com clientes: A Lei Federal nº 14.046 (“Lei do Turismo”), de 24 de agosto de 2020, definiu as práticas já adotadas pela Companhia relacionadas ao adiamento ou cancelamento de reservas e serviços de turismo. Desde o início da pandemia, a Companhia vem oferecendo a remarcação das reservas e dos serviços que foram adiados ou a concessão de crédito para uso ou abatimento na compra de outras reservas ou serviços de turismo, segundo a conveniência do próprio consumidor. Apenas na hipótese de restarem impossibilitados o oferecimento de remarcação ou o crédito ao consumidor, a Companhia restituirá o valor recebido ao consumidor no prazo de 12 (doze) meses, contados da data de encerramento do estado de calamidade pública e à situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19. Entretanto, em 18 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.036/21 (“MP”) que alterou o texto da Lei 14.046/20, prorrogando assim, os prazos para remarcação, crédito e reembolso até 31 de dezembro de 2022.

Para os serviços aéreos, a Companhia também manteve a oferta para remarcação das reservas ou a concessão de crédito, conforme a disponibilidade e regras tarifárias das companhias aéreas, ou ainda, o reembolso, que ocorrerão conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.034, de 5 de agosto de 2020 (“Lei das Aéreas”).

d) Tributos diferidos ativos: A Administração revisa periodicamente sua projeção de resultados futuros e só reconhece os ativos fiscais diferidos na medida que possui a expectativa de geração de resultados tributáveis, os saldos dos tributos diferidos são descritos na nota 17.

e) Saúde financeira: A Companhia conduziu com sucesso capitalização ocorrida no terceiro trimestre de 2021, alcançando nível de liquidez e endividamento adequados para se beneficiar da retomada prevista para o setor de turismo e manter sua posição de destaque no setor.

4. Novas normas e interpretações

4.1. Alterações nas normas aplicáveis em 2021

CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento

4.2 Novas normas

Foi realizada revisão pelo IASB referente algumas normas IFRS, sem impacto nessas demonstrações financeiras, tendo em vista o início da vigência para o exercício de 2022 ou após. O Grupo está avaliando os impactos da adoção destas normas:

Norma	Descrição	Data de vigência
IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante	Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante.	1º de janeiro de 2023.
IAS 16 – Imobilizado	Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso.	1º de janeiro de 2022.
IAS 37 – Contrato oneroso	Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso.	1º de janeiro de 2022.
IFRS 3 – Referências à estrutura conceitual	Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS.	1º de janeiro de 2022.

5. Gestão de risco financeiro

Política contábil:

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado a custo amortizado; VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; VJH – Valor justo hedge accounting ou VJR (valor justo por meio do resultado).

A classificação dos ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

(i) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

(ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

(i) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

(ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra forma, atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

(i) Ativos financeiros mensurados a VJR: Após o reconhecimento inicial, esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

(ii) Ativos financeiros a custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

Impairment de ativos financeiros

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). Os ativos financeiros ao custo amortizado são compostos principalmente pelo contas a receber de clientes.

O Grupo utiliza a abordagem geral para fins mensuração da provisão para perdas esperadas de crédito. O Grupo presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e o passageiro já tenha embarcado.

O exercício máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o exercício contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração de perda de crédito esperadas no Grupo

A provisão para perdas esperadas (*impairment*), é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento.

A Companhia estima a provisão para perda de crédito esperada considerando: (i) o histórico de realização da carteira; e (ii) a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento.

Apresentação de impairment

Provisão para perdas de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

As perdas por *impairment* relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas no resultado em perdas estimadas por valor recuperável de recebíveis

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Caso sejam identificados derivativos embutidos, estes são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

O Grupo designa seus derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA) e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo exercício ou em exercícios em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* deverá ser apropriado do patrimônio líquido para a demonstração do resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

Hedge de valor justo

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida no resultado ou balanço patrimonial, ajustando a rubrica em que o objeto de hedge é ou será reconhecido. O objeto de hedge, quando designado nessa relação, também é mensurado ao valor justo no resultado.

Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, uma vez que os termos do swap de taxa de juro correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa (ou seja, montante nominal, prazo, pagamento). O Grupo estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de hedge de valor justo, uma vez que o risco subjacente do swap de taxa de juro é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do hedge, o Grupo usa o método do derivativo hipotético e compara as alterações no valor justo do instrumento de hedge com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo exercício ou em exercícios em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo exercício ou exercícios à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que seja objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros:

- a) Risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros): é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros.
- b) Risco de crédito: é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.
- c) Risco de liquidez: é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

5.1.1 Risco de mercado

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela área financeira do Grupo.

5.1.1.1 Risco cambial

A exposição do Grupo ao risco de variação nas taxas de câmbio é aplicável às contas correntes, contas a pagar e aos empréstimos denominados em moeda estrangeira, e surge derivado de variações nas taxas de câmbio (principalmente dólar norte-americano (USD) e Euro (EUR)) frente ao Real. O risco cambial pode impactar significativamente a receita futura do Grupo, já que as vendas antecipadas de pacotes turísticos e intercâmbio cultural incluem provisões para futuros pagamentos a fornecedores internacionais terrestres (hotéis, receptivos e instituições de ensino), assim como a crescente expansão das operações do Grupo na Argentina. Os efeitos de câmbio podem afetar ainda o resultado financeiro do Grupo em função dos empréstimos denominados em moeda estrangeira.

A política de gestão de risco cambial do Grupo é fazer *hedge* de até 100% de sua exposição esperada em moeda estrangeira para os próximos doze meses a qualquer momento. O Grupo utiliza contratos de compra de moeda estrangeira e contratos de derivativo do tipo NDF (*non-deliverable forward*) e swaps cambiais para proteger seu risco cambial, a maioria com vencimento de menos de um ano da data do balanço.

Derivativo	Posição	Consolidado			
		31/12/2021		31/12/2020	
		Valor de referência (<i>notional</i>)	Valor justo	Valor de referência (<i>notional</i>)	Valor justo
Swap	5.1.1.1 (Libor 3M + 1,13%)*1.17647	-	-	21.018	1.879
Swap	5.1.1.1 (Libor 3M + 1,13%)*1.17647	-	-	404.606	(25.937)
Contrato a Termo NDF	5.4 USD	46.282	(665)	31.955	(1.566)
Contrato a Termo NDF	5.4 EUR	33.933	(714)	15.701	(370)
Contrato a Termo NDF	5.4 GBP	6.635	(225)	5.875	(22)
Contrato a Termo NDF	5.4 CAD	11.864	(156)	2.181	(277)
Contrato a Termo NDF	5.4 AUD	310	(16)	1.072	(2)
			(1.776)		(26.295)
Total ativo circulante			-		1.879
Total passivo circulante			(1.776)		(28.174)

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas contas correntes em moeda estrangeira, equivalentes de caixa e empréstimos as quais o Grupo estava exposto na data base de 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram definidos três cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foi obtida a projeção de moeda estrangeira para cada uma das transações analisadas, sendo este definido como cenário provável 5% (cenário 1); a partir deste, foram calculadas variações de piora na taxa em 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3). Consideradas as taxas de stress, os saldos contábeis projetados seriam:

Operações	Taxa	31/12/2021						
		Baixa			Alta			
		5%	25%	50%	5%	25%	50%	
Conta corrente em moeda estrangeira - USD	5,58	74.581	(3.729)	(18.645)	(37.290)	3.729	18.645	37.290
Conta corrente em moeda estrangeira - EUR	6,32	19.737	(987)	(4.934)	(9.869)	987	4.934	9.869
Conta corrente em moeda estrangeira - GBP	7,52	3.579	(179)	(895)	(1.790)	179	895	1.790
Conta corrente em moeda estrangeira - CAD	4,39	7.053	(353)	(1.763)	(3.526)	353	1.763	3.526
Conta corrente em moeda estrangeira - AUD	4,04	1.292	(65)	(323)	(646)	65	323	646
Conta corrente em moeda estrangeira - CHF	6,12	767	(38)	(192)	(384)	38	192	384
Conta corrente em moeda estrangeira - ARS	0,05	51.800	(2.590)	(12.950)	(25.899)	2.590	12.950	25.899
Conta corrente em moeda estrangeira - NZD	3,81	69	(3)	(17)	(34)	3	17	34
Contrato a Termo NDF	5,58	46.282	(2.314)	(11.570)	(23.141)	2.314	11.570	23.141
Contrato a Termo NDF	6,32	33.933	(1.697)	(8.483)	(16.967)	1.697	8.483	16.967
Contrato a Termo NDF	7,52	6.635	(332)	(1.659)	(3.317)	332	1.659	3.317
Contrato a Termo NDF	4,39	11.864	(593)	(2.966)	(5.932)	593	2.966	5.932
Contrato a Termo NDF	4,04	310	(15)	(77)	(155)	15	77	155

Operações	Taxa	31/12/2020						
		Baixa			Alta			
		5%	25%	50%	5%	25%	50%	
Conta corrente em moeda estrangeira - USD	5,19	123.027	(6.151)	(30.757)	(61.514)	6.151	30.757	61.514
Conta corrente em moeda estrangeira - EUR	6,38	25.271	(1.264)	(6.318)	(12.635)	1.264	6.318	12.635
Conta corrente em moeda estrangeira - GBP	7,10	5.229	(262)	(1.308)	(2.615)	262	1.308	2.615
Conta corrente em moeda estrangeira - CAD	4,08	11.651	(583)	(2.913)	(5.825)	583	2.913	5.825
Conta corrente em moeda estrangeira - AUD	4,01	1.455	(73)	(364)	(727)	73	364	727
Conta corrente em moeda estrangeira - CHF	5,90	365	(18)	(91)	(183)	18	91	183
Conta corrente em moeda estrangeira - ARS	0,06	20.272	(1.014)	(5.068)	(10.136)	1.014	5.068	10.136
Conta corrente em moeda estrangeira - UY	0,12	2.891	(145)	(723)	(1.445)	145	723	1.445
Conta corrente em moeda estrangeira - COL	0,00	2.273	(114)	(568)	(1.136)	114	568	1.136
Conta corrente em moeda estrangeira - MEX	0,26	2.091	(105)	(523)	(1.045)	105	523	1.045
Conta corrente em moeda estrangeira - NZD	3,53	94	(5)	(24)	(47)	5	24	47
Contrato a Termo NDF	5,19	1.566	(78)	(392)	(783)	78	392	783
Contrato a Termo NDF	6,38	370	(19)	(93)	(185)	19	93	185
Contrato a Termo NDF	7,10	22	(1)	(6)	(11)	1	6	11
Contrato a Termo NDF	4,08	277	(14)	(69)	(139)	14	69	139
Contrato a Termo NDF	4,01	2	(0)	(1)	(1)	0	1	1

5.1.1.2 Riscos de fluxo de caixa ou valor justo associado com risco de taxas de juros

A exposição do Grupo ao risco de variação nas taxas de juros do mercado é aplicável principalmente ao grupo de equivalentes de caixa, debêntures, instrumentos financeiros derivativos, atualizados com base no CDI, o que pode afetar o resultado e os fluxos de caixa.

O Grupo gerencia esse risco através de projeções de caixa recorrentes, bem como projeções de resultado considerando projeções do CDI (conforme relatório FOCUS do BACEN) para avaliar eventuais necessidades de caixa futura e/ou contratar algum instrumento derivativo de proteção.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos equivalentes de caixa, empréstimos debêntures e instrumentos derivativos, as quais o Grupo estava exposto na data base de 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram definidos três cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foi obtida a projeção de moeda estrangeira e CDI (9,15% em 31 de dezembro de 2021 e 1,9% em 31 de dezembro de 2020) para cada uma das transações analisadas, sendo este definido como cenário provável 5% (cenário 1); a partir deste, foram calculadas variações de piora na taxa em 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3). Consideradas as taxas de stress, os saldos contábeis projetados seriam:

Operações	31/12/2021							31/12/2020						
	Baixa			Alta			Baixa			Alta				
	5%	25%	50%	5%	25%	50%	5%	25%	50%	5%	25%	50%		
Equivalentes de Caixa *	624.742	(2.858)	(14.291)	(28.582)	2.858	14.291	28.582	694.751	(660)	(3.300)	(6.600)	660	3.300	6.600
Títulos e valores mobiliários	190.807	(873)	(4.365)	(8.729)	873	4.365	8.729	37.000	(35)	(176)	(352)	35	176	352
Debêntures	(990.064)	4.530	22.648	45.295	(4.530)	(22.648)	(45.295)	(1.082.741)	1.029	5.143	10.286	(1.029)	(5.143)	(10.286)
Swap (ponta passiva)	(1.776)	8	41	81	(8)	(41)	(81)	(25.937)	25	123	246	(25)	(123)	(246)

* Inclui somente os saldos de equivalente de caixa em moeda local Reais (R\$)

5.1.1.3 Riscos associados a antecipações a fornecedores

Como parte dos negócios de intermediação de turismo, os pagamentos às companhias aéreas pela aquisição dos bilhetes e pagamentos por reservas de quartos em determinadas redes de hotéis no Brasil e no exterior, são realizados de forma antecipada ao efetivo embarque do cliente, de forma a garantir a disponibilidade, preços ofertados e condições especiais às reservas vendidas aos nossos clientes.

Desta forma, o Grupo possui a exposição ao risco de crédito e liquidez dessas companhias aéreas e redes de hotéis, onde, na impossibilidade de algum desses fornecedores não cumprir com as obrigações junto aos clientes, poderá trazer a perda integral dos valores antecipados, bem como acarretar o desembolso adicional para reacomodação dos clientes em outras companhias aéreas e redes de hotéis. Para monitorar este risco, o Grupo avalia a solvência de seus principais fornecedores e atua de forma proativa na redução desta exposição via renegociação de seus contratos e datas de prestação dos serviços.

5.1.2 Risco de crédito

O Grupo está exposto principalmente ao risco de crédito referente a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outras contas a receber, instrumentos financeiros derivativos e contas a receber de partes relacionadas. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: o Grupo restringe os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e analisa as classificações de crédito das instituições financeiras com as quais aplica os saldos de caixas e equivalentes de caixa.

(ii) Contas a receber de clientes e outras contas a receber: O Grupo minimiza seu risco através da diversificação de seu contas a receber de clientes promovendo a realização de vendas no cartão de crédito e vendas de recebíveis a prazo com instituições financeiras mediante pagamento de uma taxa de desconto, além da aplicação de uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes.

Adicionalmente, o Grupo promove vendas através de financiamento próprio (carteira própria), limitado a 80% do valor da venda, onde são avaliados score de *bureaus* de crédito, bem como histórico interno de inadimplência para definição da concessão ou não do crédito. No caso de inadimplência, o Grupo pode cancelar a venda até o momento do embarque, neutralizando eventual risco de perda. O quadro a seguir demonstra a exposição máxima de risco de crédito:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	795.839	910.829
Títulos e valores mobiliários	190.807	37.000
Contas a receber de clientes	1.092.874	1.148.148
Outras contas a receber	54.806	58.073
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.879
Total	2.134.326	2.155.929

5.1.3 Risco de liquidez

A tesouraria do Grupo monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2021

	Consolidado				Saldo contábil
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Total	
Fornecedores	382.723	288.721	-	671.444	671.444
Contas a pagar por aquisição de investida - partes relacionadas	-	73.556	16.325	89.881	60.047
Debêntures	13.928	326.816	885.314	1.226.058	990.064
Instrumentos financeiros derivativos	601	1.175	-	1.776	1.776
Contas a pagar de aquisição de controlada	-	3.967	93.890	97.857	68.582
Passivo de arrendamento	4.593	13.778	33.460	51.831	40.540
Outras contas a pagar	-	99.812	13.257	113.069	115.351
Total	401.845	807.825	1.042.246	2.251.916	1.947.804

31 de dezembro de 2020

	Consolidado				Saldo contábil
	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Total	
Fornecedores	281.541	210.231	-	491.772	491.772
Contas a pagar por aquisição de investida - partes relacionadas	23.872	26.053	85.542	135.467	88.814
Empréstimos	4.773	20.793	478.549	504.115	425.624
Debêntures	110.776	288.338	863.002	1.262.116	1.082.741
Instrumentos financeiros derivativos	723	1.514	25.937	28.174	28.174
Contas a pagar de aquisição de controlada	-	4.076	72.995	77.071	66.153
Passivo de arrendamento	4.335	13.005	28.052	45.392	51.103
Outras contas a pagar	-	95.868	16.245	112.113	114.053
Total	426.020	659.878	1.570.322	2.656.220	2.348.434

5.2 Gestão de capital

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo poderá rever a política de antecipação de recebíveis, pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A gestão de capital não é administrada ao nível da Controladora, mas em nível Consolidado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos	-	425.624
Debêntures	990.064	1.082.741
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	-	(24.058)
Contas a pagar - aquisição de controlada		
Submarino Viagens	68.582	66.153
Contas a pagar - aquisição investidas		
Grupo Duotur (a)	-	23.871
Viatrix Viagens e Turismo (a)	3.452	3.306
Visual Turismo	245	245
Ola	-	1.190
Camden	10.304	-
Esferatur	46.046	60.202
(=) Dívida bruta	1.118.693	1.639.274
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(795.839)	(910.829)
(=) Dívida líquida	322.854	728.445
(+) Patrimônio líquido	375.292	57.658
(=) Patrimônio líquido e dívida líquida	698.146	786.103

a) Empresa incorporada à CVC Brasil.

5.3 Hierarquia e classificação de valor justo

Apresentamos a seguir uma comparação por nível e classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Nível	Classificação	Controladora			
			Valor contábil		Valor justo	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	2	VJR	352.045	554.324	352.045	554.324
Títulos e valores mobiliários	2	VJR	131.056	37.000	131.056	37.000
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	-	1.879	-	1.879
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	812.093	845.904	812.093	845.904
Contas a receber - partes relacionadas		Custo amortizado	134.143	772.622	134.143	772.622
Outras contas a receber		Custo amortizado	15.626	12.015	15.626	12.015
Total dos ativos financeiros			1.444.963	2.223.744	1.444.963	2.223.744
Passivos financeiros						
Empréstimos	2	VJR	-	425.624	-	425.624
Debêntures		Custo amortizado	990.064	1.082.741	1.008.464	1.088.604
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	1.398	27.649	1.398	27.649
Fornecedores		Custo amortizado	315.381	310.908	315.381	310.908
Contas a pagar - partes relacionadas		Custo amortizado	40.373	126.665	40.373	126.665
Contas a pagar aquisição de investida - partes relacionadas		Custo amortizado	49.743	87.624	49.743	87.624
Contas a pagar aquisição de controlada		Custo amortizado	68.582	66.153	68.582	66.153
Passivo de arrendamento		Custo amortizado	20.630	25.465	20.630	25.465
Outras contas a pagar		Custo amortizado	58.963	62.874	58.963	62.874
Total dos passivos financeiros			1.545.134	2.215.703	1.563.534	2.221.566
Consolidado						
	Nível	Classificação	Consolidado			
			Valor contábil		Valor justo	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	2	VJR	795.839	910.829	795.839	910.829
Títulos e valores mobiliários	2	VJR	190.807	37.000	190.807	37.000
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	-	1.879	-	1.879
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	1.092.874	1.148.148	1.092.874	1.148.148
Outras contas a receber		Custo amortizado	54.806	58.073	54.806	58.073
Total dos ativos financeiros			2.134.326	2.155.929	2.134.326	2.155.929
Passivos financeiros						
Empréstimos	2	VJR	-	425.624	-	425.624
Debêntures		Custo amortizado	990.064	1.082.741	1.008.464	1.088.604
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	1.776	28.174	1.776	28.174
Fornecedores		Custo amortizado	671.444	491.772	671.444	491.772
Contas a pagar aquisição de investida - partes relacionadas		Custo amortizado	60.047	87.624	60.047	87.624
Contas a pagar - partes relacionadas – opção de venda	3	VJR	-	1.190	-	1.190
Contas a pagar aquisição de controlada		Custo amortizado	68.582	66.153	68.582	66.153
Passivo de arrendamento		Custo amortizado	40.540	51.103	40.540	51.103
Outras contas a pagar		Custo amortizado	113.069	112.113	113.069	112.113
Total dos passivos financeiros			1.945.522	2.346.494	1.963.922	2.352.357

O Grupo avaliou que os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas de curto prazo são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido à natureza e aos vencimentos de curto prazo dos instrumentos em questão.

Para a mensuração e determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros, o Grupo utiliza as seguintes premissas:

- Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pelo Grupo com base em parâmetros, tais como: taxa de juros e credibilidade individual do cliente ou da contraparte. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo, os quais são estimados através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis (taxas pré e pós-fixadas).
- O valor justo de instrumentos para os quais não há mercado ativo, tais como empréstimos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas e pela aquisição de controladas, são estimados através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas em prazos semelhantes e remanescentes.

5.4 Instrumentos financeiros e derivativos

Em virtude das incertezas do prazo de liquidação dos instrumentos financeiros que são objeto de hedge, não designamos os instrumentos para *hedge accounting*. Os ganhos e perdas no valor justo dos instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado do exercício.

Abaixo demonstramos as posições em aberto, consolidadas por data de vencimento, dos contratos a termo (*non-deliverable forward* - NDF) utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:

31/12/2021							
Derivativo	Posição	Contrato	Data da contratação	Data de vencimento	Moeda	Valor de referência	Valor justo
Termo	Comprado	NDF	De 01/07/21 a 31/12/2021	De 01/01/22 a 30/06/2022	USD	46.282	(665)
Termo	Comprado	NDF	De 01/07/21 a 31/12/2021	De 01/01/22 a 30/06/2022	EUR	33.933	(714)
Termo	Comprado	NDF	De 01/07/21 a 31/12/2021	De 01/01/22 a 30/06/2022	CAD	6.635	(225)
Termo	Comprado	NDF	De 01/07/21 a 31/12/2021	De 01/01/22 a 30/06/2022	GBP	11.864	(156)
Termo	Comprado	NDF	De 01/07/21 a 31/12/2021	De 01/01/22 a 30/06/2022	AUD	310	(16)
Total						99.024	(1.776)

31/12/2020							
Derivativo	Posição	Contrato	Data da contratação	Data de vencimento	Moeda	Valor de referência	Valor justo
Termo	Comprado	NDF	De 17/06/20 a 28/12/2020	De 07/01/21 a 25/11/2021	USD	31.955	(1.565)
Termo	Comprado	NDF	De 17/06/20 a 28/12/2020	De 07/01/21 a 25/11/2021	EUR	15.701	(370)
Termo	Comprado	NDF	De 17/06/20 a 28/12/2020	De 07/01/21 a 25/11/2021	CAD	5.875	(277)
Termo	Comprado	NDF	De 17/06/20 a 28/12/2020	De 07/01/21 a 25/11/2021	GBP	2.181	(22)
Termo	Comprado	NDF	De 17/06/20 a 28/12/2020	De 07/01/21 a 25/11/2021	AUD	1.072	(2)
Total						56.784	(2.236)

6. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira são convertidos para reais utilizando a taxa de câmbio na data do encerramento do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Equivalentes de caixa	271.137	454.332	624.742	694.751
Caixa e contas bancárias em moeda local	6.602	10.390	12.219	21.459
Conta corrente em moeda estrangeira – USD	45.081	50.053	74.581	123.027
Conta corrente em moeda estrangeira – EUR	16.895	21.038	19.737	25.271
Conta corrente em moeda estrangeira – ARS	-	-	51.800	20.272
Conta corrente em outras moedas estrangeiras	12.330	18.511	12.760	26.049
Total de caixa e equivalentes de caixa	352.045	554.324	795.839	910.829

Os equivalentes de caixa estão representados por aplicações financeiras que possuem liquidez imediata com baixo risco de mudança de valor e referem-se a investimentos em CDBs e operações compromissadas de renda fixa, remunerados a taxa do certificado de depósito interbancário – CDI que em 31 de dezembro de 2021 apresentou uma taxa média de remuneração anual de 9,15% (1,88% em 31 de dezembro de 2020).

7. Contas a receber de clientes

Política contábil:

O contas a receber de cliente são representados pelos recebíveis das vendas aos nossos clientes e são classificados como ativos financeiros mensurados a custo amortizado e são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável).

As estimativas de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber são constituídas com base no modelo geral apresentado no CPC 48/ IFRS 9. O Grupo tem como base a mensuração da perda esperada, mediante o acompanhamento do comportamento da carteira entre eficiência operacional, tanto na recuperação do crédito quanto na concessão do mesmo, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva em cada faixa de atraso durante todo o prazo das operações.

O saldo de contas a receber de clientes é apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Proveniente de vendas por meio de:				
Administradoras de cartões de crédito (a)	349.562	428.868	444.208	598.722
Contas a receber de títulos (b)	223.526	250.019	321.923	272.864
Financiamento próprio (c)	297.648	282.453	372.075	400.316
Outros	74.633	14.995	127.538	52.586
	945.369	976.335	1.265.744	1.324.488
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber (c)	(133.276)	(130.431)	(172.870)	(176.340)
Total	812.093	845.904	1.092.874	1.148.148
Circulante	812.093	845.480	1.092.874	1.147.724
Não circulante	-	424	-	424

(a) Vendas a prazo com cartões de crédito são recebidas em parcelas que não ultrapassam um ano. Tais parcelas não são sujeitas a taxas de juros explícitas, sendo o risco de crédito assumido pelas operadoras de cartões de crédito.

(b) Contas a receber de títulos refere-se a recebíveis a prazo de instituições financeiras que estruturam e negociam serviços financeiros aos clientes do Grupo. Os riscos e benefícios financeiros destas transações são transferidos integralmente para as instituições financeiras no momento da venda.

(c) Contas a receber por financiamento próprio correspondem às vendas através de financiamento interno disponibilizado aos clientes. A perda nessa modalidade de financiamento os riscos não são transferidos e as perdas esperadas são reconhecidas na demonstração do resultado, apenas para os casos em que a prestação do serviço não possa mais ser cancelada, na rubrica "perda por redução ao valor recuperável de contas a receber. (As políticas de gerenciamento de risco de crédito são descritas na nota 5.1.2)

O *aging* do saldo de contas a receber de clientes é apresentado conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	780.014	823.508	1.027.852	1.108.903
Títulos vencidos				
Vencidos há menos de 30 dias	34.760	3.462	60.724	20.066
Vencidos há mais de 30 dias	130.595	149.365	177.168	195.519
Total	945.369	976.335	1.265.744	1.324.488

A movimentação da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é apresentada conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(71.487)	(88.738)
Adições	(60.716)	(91.632)
Perdas efetivadas	1.772	3.997
Variação cambial de conversão	-	33
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(130.431)	(176.340)
Adições e reversões	(2.791)	1.835
Perdas efetivadas	(54)	1.241
Variação cambial de conversão	-	394
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(133.276)	(172.870)

O Grupo fez antecipações de recebíveis de cartão de crédito que faziam parte de seu saldo de contas a receber durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Como os riscos associados a esses recebíveis foram transferidos às instituições financeiras o saldo desses recebíveis foram baixados. O montante desses valores na data-base 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 379.488 na controladora e R\$ 503.860 no consolidado.

Os encargos financeiros sobre essas transações são registrados na rubrica de despesas financeiras e é descrito na nota 24.

8. Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores estão representados por pagamentos às companhias aéreas pela aquisição de bilhetes aéreos e pelos pagamentos antecipados a grandes redes hoteleiras, em sua maioria internacionais, de forma a garantir a disponibilidade e preços ofertados às reservas vendidas aos nossos clientes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Companhias aéreas (a)	488.576	602.747	569.450	713.430
Hotéis no Brasil e no exterior	56.186	73.657	61.226	82.102
Outros (b)	48.510	15.268	83.505	34.087
Total	593.272	691.672	714.181	829.619

(a) Pagamentos às companhias aéreas referentes aos bilhetes já vendidos e ainda não utilizados, sendo o saldo majoritariamente concentrado em companhias aéreas nacionais
 (b) Outras antecipações referem-se, em sua grande maioria regulador aéreo internacional (IATA), escolas (intercâmbio cultural e profissional) e parques de diversões.

9. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de administração de cartões de crédito (a)	16.273	16.823	19.059	19.428
Seguros	33.388	5.717	34.603	7.402
Adiantamento a funcionários	3.432	7.799	3.534	8.173
Outros	4.123	1.401	6.085	3.650
	57.216	31.740	63.281	38.653
Circulante	32.159	23.985	37.482	29.192
Não circulante	25.057	7.755	25.799	9.461

(a) Referem-se à porcentagem de vendas com base nos acordos firmados entre a Companhia e as instituições de cartões de crédito como custos da transferência do risco de crédito das vendas feitas nessa modalidade, e serão apropriadas ao resultado quando do efetivo embarque dos passageiros.

10. Investimentos

Política contábil:

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2021

	31/12/2021	31/12/2020
Ágio	308.292	308.292
Investimento	253.592	(150.836)
Intangíveis alocados do preço de compra	197.572	219.082
Passivo contingente líquido do ativo fiscal diferido	(79.805)	(108.350)
Total	679.651	268.188
Investimentos	698.967	370.364
Provisão para perdas em investimento	(19.316)	(102.176)
	679.651	268.188

As movimentações nos investimentos podem ser resumidas como segue:

	Submarino Viagens	Visual Turismo	Trend Viagens	CVC Turismo S.A.U	Esferatur	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	273.165	103.082	254.445	53.748	245.077	929.517
Equivalência patrimonial do exercício	(441.283)	(30.689)	(159.225)	(179.345)	(42.347)	(852.889)
Impairment sobre ágio	-	-	-	-	(1.389)	(1.389)
Efeito reflexo no resultado abrangente	70.510	(133)	1.543	11.745	-	83.665
Reserva para aquisição de não controladores	-	-	-	86.388	-	86.388
Aumento de capital em controlada	-	-	-	22.896	-	22.896
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(97.608)	72.260	96.763	(4.568)	201.341	268.188
Despesas com pagamentos baseados em ações	161	42	57	-	266	526
Equivalência patrimonial do exercício	(109.702)	(34.483)	(26.981)	(11.778)	(31.368)	(214.312)
Efeito reflexo no resultado abrangente	(1.932)	-	374	(1.070)	-	(2.628)
Reserva para aquisição de não controladores (a)	-	-	-	1.305	-	1.305
Aumento de capital em controlada	459.734	15.273	118.494	1.327	47.504	642.332
Ágio em transações de capital (b)	-	-	(11.228)	(4.532)	-	(15.760)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	250.653	53.092	177.479	(19.316)	217.743	679.651

- (a) Em 23 de abril de 2021 foi realizada a aquisição dos não controladores da Avantrip e Ola S.A em 29 de outubro de 2021. Dessa forma, a companhia realizou a baixa das opções de compra, tendo em vista que foi exercido as opções, restando no investimento somente as opções do primeiro trimestre de 2021 antes da aquisição
- (b) Ágio em transação de capital em decorrência da aquisição da Avantrip em 23 de abril de 2021 e VHC em 12 de agosto de 2021.

Abaixo seguem informações das controladas diretas em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021					% Part.
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (b)	Receita líquida	Prejuízo do exercício (a)	
Submarino Viagens (Consolidado)	684.279	533.062	151.217	129.988	(109.156)	100%
Visual Turismo	66.711	39.318	27.393	(4.453)	(31.149)	100%
Trend Viagens S.A. (Consolidado)	414.846	342.874	71.972	111.691	(43.302)	100%
CVC Turismo S.A.U (Consolidado)	256.989	276.306	(19.317)	39.311	(22.669)	100%
Esferatur	49.688	27.361	22.327	25.779	(25.367)	100%

	31/12/2020					% Part.
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (b)	Receita líquida	Prejuízo do exercício (a)	
Submarino Viagens (Consolidado)	615.305	812.895	(192.101)	94.097	(441.283)	100%
Visual Turismo	158.698	115.471	61.961	10.354	(30.689)	100%
Trend Viagens S.A. (Consolidado)	519.643	508.712	69.556	52.193	(159.225)	100%
CVC Turismo S.A.U (Consolidado)	217.333	212.560	(4.568)	28.704	(179.345)	100%
Esferatur	33.480	33.556	133.398	22.230	(42.347)	100%

(a) Inclui os valores da amortização dos ativos intangíveis da alocação do preço de compra, líquido dos efeitos tributários.

(b) Inclui os valores dos ativos intangíveis da alocação do preço de compra, líquido dos efeitos tributários.

11. Ativo intangível

Política contábil:

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Software e website

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Contrato de exclusividade

O contrato de exclusividade (pagamento pela conversão em franquias) refere-se aos valores pagos aos franqueados (terceiros) com o objetivo de garantir o direito de exclusividade em firmar contrato de franquia com as marcas CVC e Experimento.

Carteira de clientes

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MEEM (*multi-period excess earnings method*), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquido das eliminações das obrigações de contribuições implicadas em sua geração.

Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada. O objetivo desta análise é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes.

Marcas

O valor justo das marcas foi calculado considerando o método de “*relief-from-royalty*”. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os *royalties* que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar *royalties* por sua utilização. A economia de *royalties* foi determinada aplicando-se uma taxa de *royalties* de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de *royalties* de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas.

Vida útil

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear com base nas seguintes vidas úteis médias:

	Anos
Software e <i>website</i>	4-7
Contrato de exclusividade	10
Carteira de clientes	6-7
Marca	18-19
Acordo de não competição	4
Ágio	Indefinida

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

11.1 Composição dos saldos

A composição e movimentação do ativo intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

	Controladora						Total do intangível
	Software e website	Contrato de exclusividade	Ágio	Carteira de clientes	Marca	Acordo de não competição	
Saldo em 01 de janeiro de 2020	139.665	28.686	168.504	93.187	4.358	733	435.133
<i>Custo</i>							
01 de janeiro de 2020	317.757	89.833	168.504	116.170	4.699	1.222	698.185
Adições	65.228	250	-	-	-	-	65.478
Baixas	-	(56.450)	-	-	-	-	(56.450)
Impairment	-	-	(21.591)	-	-	-	(21.591)
31 de dezembro de 2020	382.985	33.633	146.913	116.170	4.699	1.222	685.622
<i>Amortização acumulada</i>							
01 de janeiro de 2020	(178.092)	(61.147)	-	(22.983)	(341)	(489)	(263.052)
Amortização	(48.546)	(9.099)	-	(16.328)	(256)	(367)	(74.596)
Baixas	-	42.895	-	-	-	-	42.895
31 de dezembro de 2020	(226.638)	(27.351)	-	(39.311)	(597)	(856)	(294.753)
31 de dezembro de 2020	156.347	6.282	146.913	76.859	4.102	366	390.869
<i>Custo</i>							
01 de janeiro de 2021	382.985	33.633	146.913	116.170	4.699	1.222	685.622
Adições	89.002	-	-	-	-	-	89.002
Transferência	(74)	-	-	-	-	-	(74)
Baixas	-	(16.756)	-	-	-	-	(16.756)
31 de dezembro de 2021	471.913	16.877	146.913	116.170	4.699	1.222	757.794
<i>Amortização acumulada</i>							
01 de janeiro de 2021	(226.638)	(27.351)	-	(39.311)	(597)	(856)	(294.753)
Amortização	(41.618)	(1.210)	-	(16.328)	(257)	(366)	(59.779)
Baixas	-	14.186	-	-	-	-	14.186
31 de dezembro de 2021	(268.256)	(14.375)	-	(55.639)	(854)	(1.222)	(340.346)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	203.657	2.502	146.913	60.531	3.845	-	417.448

	Consolidado							Total do intangível
	Software e website	Contrato de exclusividade	Ágio	Carteira de clientes	Marca	Acordo de não competição	Outros	
Saldo em 01 de janeiro de 2020	391.373	28.686	918.039	335.273	65.907	4.853	12.160	1.756.291
<i>Custo</i>								
01 de janeiro de 2020	671.064	89.833	918.039	452.309	76.554	10.634	15.019	2.233.452
Adições	111.103	250	-	-	1.831	-	992	114.176
Transferências para o ativo imobilizado	524	-	-	-	-	-	(524)	-
Baixas	(60.519)	(56.450)	-	-	-	-	(497)	(117.466)
<i>Impairment</i>	(9.117)	-	(595.462)	(18.641)	(10.511)	-	-	(633.731)
Variação cambial conversão	114.053	-	59.257	15.482	27.727	-	4.449	220.968
31 de dezembro de 2020	827.108	33.633	381.834	449.150	95.601	10.634	19.439	1.817.399
<i>Amortização acumulada</i>								
01 de janeiro de 2020	(279.691)	(61.147)	-	(117.036)	(10.647)	(5.781)	(2.859)	(477.161)
Amortização	(109.511)	(9.099)	-	(49.548)	(9.239)	(2.517)	(2.936)	(182.850)
Baixas	49.293	42.829	-	-	-	-	72	92.194
Variação cambial de conversão	(71.174)	-	-	(4.660)	(2.030)	-	(1.173)	(79.037)
31 de dezembro de 2020	(411.083)	(27.417)	-	(171.244)	(21.916)	(8.298)	(6.896)	(646.854)
31 de dezembro de 2021	416.025	6.216	381.834	277.906	73.685	2.336	12.543	1.170.545
<i>Custo</i>								
01 de janeiro de 2021	827.108	33.633	381.834	449.150	95.601	10.634	19.439	1.817.399
Adições	115.791	-	-	-	3.662	-	2.071	121.524
Baixas	(12.449)	(16.756)	-	-	(1)	-	(31.069)	(60.275)
Transferências para o ativo imobilizado	706	-	-	-	-	-	-	706
Variação cambial de conversão	23.987	-	-	2.102	12.671	-	16.047	54.807
31 de dezembro de 2021	955.143	16.877	381.834	451.252	111.933	10.634	6.488	1.934.161
<i>Amortização acumulada</i>								
01 de janeiro de 2021	(411.083)	(27.417)	-	(171.244)	(21.916)	(8.298)	(6.896)	(646.854)
Amortização	(112.387)	(1.210)	-	(53.646)	(10.188)	(2.336)	(10.260)	(190.027)
Baixas	6.960	14.186	-	-	-	-	25.453	46.599
Variação cambial de conversão	(16.421)	-	-	(380)	(6.189)	-	(12.770)	(35.760)
31 de dezembro de 2021	(532.931)	(14.441)	-	(225.270)	(38.293)	(10.634)	(4.473)	(826.042)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	422.212	2.436	381.834	225.982	73.640	-	2.015	1.108.119

11.2 Unidade geradora de caixa (UGC)

Em 31 de dezembro de 2021, o valor recuperável das unidades geradoras de caixa das empresas do grupo CVC foi apurado com base no cálculo do valor em uso considerando as projeções de fluxo de caixa descontado durante exercício de até dez anos, conforme abaixo:

UGC	País	Carrying amount	Valor em Uso	WACC
Read	Brasil	144.691	603.868	11,99%
Experimento	Brasil	(87.025)	25.778	11,99%
Visual	Brasil	13.402	25.755	11,99%
Trend	Brasil	51.867	867.818	11,99%
Esferatur	Brasil	188.923	302.341	11,99%
OLA	Argentina	(95.483)	92.441	15,97%
Avantrip/Biblos	Argentina	(11.357)	123.174	15,97%
Online (a)	Brasil e Argentina	240.525	514.501	(b)

(a) Compreende as unidades CVC.com, Almundo e Submarino Viagens.

(b) 11,99% para as empresas no Brasil e 15,97% para as empresas na Argentina.

A Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa descontados para exercícios de 5 anos, tendo em vista que os planos de aquisição da Companhia são preparados por 5 anos, sendo os primeiros 2-3 anos de integração dos negócios e captura/ estabilização de sinergias, considerando cenário de estabilidade macroeconômica.

11.3 Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor em uso da Read, Experimento, Visual, Trend, Esferatur, Ola, Avatrip/Biblos e Unidade Online é mais sensível às premissas de EBITDA (i), taxa de desconto (ii) e taxa de crescimento (iii):

(i) O EBITDA é baseado nos dois exercícios anteriores e são mantidas estáveis ao longo do exercício de projeção, com taxas de crescimento anual específicas para cada uma das empresas;

(ii) A taxa de crescimento na perpetuidade foi fixada em 3,5% para as empresas no Brasil e para as empresas na Argentina;

(iii) A taxa de desconto média do grupo é a mesma por região geográfica devido as premissas chaves de inflação e risco-país, que compõe o cálculo do WACC.

11.4 Análise de sensibilidade

Abaixo demonstramos a análise de sensibilidade para os cenários de acréscimo/redução de 1% na WACC utilizada para cálculo de *impairment*:

Variação no fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto		
	Cenário Provável	Acréscimo de 1%	Redução de 1%
Read	11,99%	536.091	689.892
Experimento	11,99%	21.522	31.215
Visual	11,99%	23.020	29.158
Trend	11,99%	774.532	986.115
Esferatur	11,99%	269.312	344.229
OLA	15,97%	84.852	101.436
Avatrip/Biblos	15,97%	112.120	136.319
Online (*)	(**)	474.086	563.358

(*) Compreende as unidades CVC.com, Almudo e Submarino Viagens

(**) 11,99% para as empresas no Brasil e 15,97% para as empresas na Argentina

12. Fornecedores

Política contábil:

Os fornecedores referem-se a repasses operacionais para fornecedores aéreos, terrestres, marítimos, dentre outros, e serviços turísticos, corporativos e de intercâmbio cultural prestados, cujo embarque já foi realizado, além de prestadores de serviços administrativos. O reconhecimento inicial é realizado pelo seu valor nominal, o que representa uma estimativa razoável do valor justo tendo em conta o vencimento em curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aéreo	44.311	54.053	93.194	74.096
Hotel	229.695	187.608	354.711	279.538
Marítimo	-	382	194	481
Instituições educacionais	104	210	104	210
Locadora de veículos	6.608	670	29.904	18.704
Fornecedores administrativos e gerais	34.663	67.985	193.337	118.743
Total	315.381	310.908	671.444	491.772

13. Empréstimos

Política contábil:

Os saldos de empréstimos são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado. O saldo dos empréstimos em moeda estrangeira, são mensurados pelo valor justo, que reflete as expectativas do mercado atual em relação aos valores futuros, usando a técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado (conversão dos fluxos de caixas futuros em valor único).

Os empréstimos apresentados em dezembro de 2020 foram liquidados em janeiro de 2021, com os recursos obtidos através da 5ª emissão de debêntures descritas na nota 14.

							Controladora e consolidado 31/12/2020	
Banco	Moeda	Empresa	País	Vencimento	Encargos	Não circulante		
Citibank USD (a)	USD	CVC	Brasil	jun/23	LIBOR + 1,13% a.a.	404.606		
Citibank USD (b)	USD	CVC	Brasil	dez/22	LIBOR + 1,13% a.a.	21.018		
Total							425.624	

(a) Em junho de 2020, a CVC repactuou o empréstimo junto ao Banco Citibank, com taxa de juros LIBOR + 1,13%, e pagamentos de juros e amortização parcial em 01 de junho de 2022 e 01 de junho de 2023.

(b) Em março de 2020, a CVC tomou empréstimo junto ao Banco Citibank, com taxa de juros atualizada pela Libor 3M, acrescida da taxa prefixada de 1,13%, com pagamentos de juros trimestrais e amortização total em março de 2022.

14. Debêntures

Política contábil:

Os saldos debêntures são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto contratualmente.

				Controladora e Consolidado 31/12/2021		
Emissão	Data de emissão	Vencimentos	Remuneração a.a.	Circulante	Não circulante	Total
4ª emissão série 1	18/04/2019	18/04/2023	CDI + 6% a.a.	11.742	372.351	384.093
4ª emissão série 2	18/04/2019	22/04/2025	CDI + + 6,5% a.a	6.648	202.950	209.598
5ª emissão	28/01/2021	01/06/2023	CDI + 3,75% a.a.	200.256	196.117	396.373
Total				218.646	771.418	990.064

				Controladora e Consolidado 31/12/2020		
Emissão	Data de emissão	Vencimentos	Remuneração a.a.	Circulante	Não circulante	Total
2ª emissão	21/11/2017	21/11/2021	CDI + 3,5% a.a.	258.613	-	258.613
3ª emissão	28/09/2018	13/03/2022	CDI + 4% a.a.	90.837	89.964	180.801
4ª emissão série 1	18/04/2019	18/04/2023	CDI + 4,5% a.a.	2.581	413.723	416.304
4ª emissão série 2	18/04/2019	22/04/2025	CDI + 3,5% a.a.	1.523	225.500	227.023
Total				353.554	729.187	1.082.741

2º Emissão

Em 21 de novembro de 2017, o Grupo realizou a 2ª Emissão de 600.000 Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, de valor unitário de R\$ 1, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, no valor de R\$ 600.000, com as seguintes características e condições:

- a) Os juros remuneratórios são calculados pela fórmula constante da Escritura de Emissão e pagos semestralmente;
- b) Os custos de transação associados foram alocados como redução do passivo e reconhecidos como despesas financeiras, de acordo com os termos contratuais desta emissão. Não há garantias vinculadas a esta debênture.

Conforme descrito abaixo, os valores da 2º Emissão de debentures teria o seu vencimento antecipado em caso de aumento de capital até 28 de fevereiro de 2021 e, por isso, a Companhia fez a liquidação dessa Emissão com os recursos do exercício dos bônus de subscrição descritos na nota 19.1.

3º Emissão

Em 13 de setembro de 2018, o Grupo realizou a 3ª Emissão de 200.000 Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, de valor unitário de R\$ 1, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, no valor de R\$ 200.000, com as seguintes características e condições:

- a) Os juros remuneratórios são calculados pela fórmula constante da Escritura de Emissão e pagos semestralmente;
- b) Os custos de transação associados foram alocados como redução do passivo e reconhecidos como despesas financeiras, de acordo com os termos contratuais desta emissão. Não há garantias vinculadas a esta debênture.

Sem prejuízo da liquidação antecipada, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 2 parcelas, vencendo-se respectivamente, em 15 de março de 2021 e 13 de março de 2022. As parcelas dos juros remuneratórios possuem vencimento semestral, com datas entre 13 de março de 2019 e 13 de março de 2022 (veja detalhes da reestruturação da dívida no item de renegociação).

Conforme descrito abaixo, os valores da 3º Emissão de debentures teria o seu vencimento antecipado em caso de aumento de capital até 30 de setembro de 2021 e, por isso, a Companhia fez a liquidação dessa Emissão com os recursos do aumento de capital descrito na nota 19.1.

4º Emissão

Em 18 de abril de 2019, o Grupo realizou a 4ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo a primeira composta por 458.700 debêntures e a segunda composta por 250.000 debêntures, ambas com valor unitário de R\$ 1.000, com juros remuneratórios equivalentes a 108,50% e 111,50% respectivamente, da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, over extra Grupo, base 252 dias úteis com as seguintes características e condições:

- a) Os juros remuneratórios foram calculados pela fórmula constante da Escritura de Emissão e pagos semestralmente;
- b) Os custos de transação associados foram alocados como redução do passivo e reconhecidos como despesas financeiras. Não há garantias vinculadas a esta debênture.

Sem prejuízo da liquidação antecipada, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o valor nominal unitário da 1ª e 2ª série das debêntures será amortizado em parcela única com vencimento em 18 de abril de 2023 e 18 de abril de 2025. As parcelas dos juros remuneratórios possuem vencimento semestral, com datas entre 18 de outubro de 2019 e 22 de abril de 2025 (veja detalhes da reestruturação da dívida no item de renegociação).

5º Emissão

Em 21 de janeiro de 2021, foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a 5ª Emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Os recursos captados foram integralmente utilizados para o pagamento antecipado do passivo financeiro da Emissora decorrente de instrumentos celebrados entre a Emissora, na qualidade de devedora, Citibank N.A., na qualidade de credor, e Banco Citibank S.A., na qualidade de interveniente anuente.

A emissão das debentures foi concluída em 28 de janeiro de 2021, com a 5ª (quinta) emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição o montante captado foi de R\$ 436.405 com vencimento em 01 de junho de 2023, ressalvadas as hipóteses previstas na Escritura de Emissão, com juros remuneratórios equivalentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI acrescida de sobretaxa equivalente a (i) 3,75% no exercício compreendido entre a primeira Data de Integralização (inclusive) e 01 de outubro de 2021 (exclusive); e (ii) 5,75% ao ano, no exercício compreendido entre 01 de outubro de 2021 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive).

Renegociação

Diante dos impactos advindos da COVID-19 sobre as operações do Grupo os índices financeiros estabelecidos nas escrituras de debêntures não foram atingidos (*covenants*) por 2 (dois) trimestres, consecutivos ou alternados durante o exercício de 2020. Além disso, o Grupo não cumpriu com a obrigação de divulgação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 nos prazos legais.

Em 19 de novembro de 2020 foi renegociado os termos de suas debêntures conforme divulgado em atas de assembleia de debenturistas.

Além do *waiver* pelo não cumprimento dos *covenants*, foram renegociadas as taxas de juros e prazos de vencimento conforme descrito abaixo:

		Antes	Depois
2º Emissão	Taxa de juros Vencimento final	107,5% da taxa DI 21/11/2020	CDI + 3,5% 21/11/2021
3º Emissão	Taxa de juros Vencimento final	108% da taxa DI 13/03/2022	CDI + 3,5% 13/02/2022
4º Emissão (Série 1)	Taxa de juros Vencimento final	108,5 % da taxa DI 18/04/2023	Até 18/09/2021 CDI + 4% Após 18/09/2021 CDI + 6% 18/04/2023
4º Emissão (Série 2)	Taxa de juros Vencimento final	111,5% do CDI 22/04/2025	Até 18/09/2021 CDI + 4,5% Após 18/09/2021 CDI + 6,5% 22/04/2025

No caso de aumento de capital até 28 de fevereiro de 2021, os recursos deveriam ser utilizados para liquidação da segunda emissão, que foi feita em 12 de fevereiro de 2021.

Devido à ocorrência do evento de liquidez do segundo aditamento constante na escritura da 3ª emissão (CVCB13), terceiro aditamento constante na escritura da 4ª emissão (CVCB14 e CVCB24) e a escritura da 5ª emissão (CVCB15) de debêntures, a companhia amortizou integralmente a 3ª emissão e o montante equivalente a 10% (dez por cento) do valor nominal unitário da 4ª e 5ª emissões, sendo que na última o valor foi acrescido de juros remuneratórios. Os pagamentos ocorreram no dia 03 de setembro de 2021.

Serão considerados eventos de liquidez: emissão de valores mobiliários realizada no mercado de capitais local e/ou internacional, ou aumento de capital em montante mínimo correspondente a R\$ 800.000 até 30 de setembro de 2021. Até a data limite, a companhia captou R\$ 808.609 via aumento de capital.

Caso o evento de liquidez não tivesse ocorrido até 30 de setembro de 2021, poderia ocorrer a conversão da 4ª Emissão em ações. Tendo em vista que o evento de liquidez ocorreu em 31 de agosto de 2021 (veja detalhes na nota explicativa 19.1), a 4ª Emissão não foi convertida em ações.

Ocorrerá o vencimento antecipado, caso seja concretizado as seguintes hipóteses:

- (i) Caso não haja comprovação do pré-pagamento obrigatório no valor correspondente a 10% do saldo do valor atualizado das Debêntures até 30 de setembro de 2021, caso o Evento de Liquidez tenha se efetivado;
- (ii) Caso não divulgue as Demonstrações Financeiras completas no prazo a partir do primeiro trimestre de 2021; e
- (iii) Não sejam atingidos os índices financeiros abaixo por dois trimestres consecutivos ou alternados:

Exercício	Índice financeiro a ser observado
No 1º trimestre de 2021.	Dívida Líquida deve ser menor ou igual a R\$1.575.000
No 2º trimestre de 2021.	Dívida Líquida deve ser menor ou igual a R\$1.800.000
Entre o 3º trimestre de 2021 e 3º trimestre de 2022.	O quociente da divisão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido deve ser menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes
A partir do 4º trimestre de 2022 até a Data de Vencimento	O quociente da divisão entre Dívida Líquida e EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, amortização e depreciação) deve ser menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

15. Ativos de direito de uso e Passivo de arrendamento

Política contábil:

O Grupo reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento na data de início do contrato. O direito de uso, no reconhecimento inicial, é mensurado ao seu valor de custo, incluindo custos iniciais do contrato, e posteriormente ao seu valor de custo ajustado menos a depreciação acumulada, perdas por impairment, ajustes do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente das parcelas não pagas no reconhecimento inicial, utilizando-se geralmente a taxa de juros de empréstimo incremental do Grupo, a não ser que a taxa de desconto implícita no contrato possa ser determinada confiavelmente. O passivo de arrendamento é subsequente acrescido do custo dos juros incorridos e reduzido pelos pagamentos das contraprestações de arrendamento pagas.

O passivo de arrendamento também pode ser alterado quando há alterações em indexadores de inflação do contrato, alterações nas taxas contratuais, mudanças em opções de compras ou na expectativa da Administração de exercer ou não opções de saída ou renovação do contrato.

O Grupo aplica o julgamento para determinar a aplicação ou não da opção de renovação ou saída antecipada de determinados contratos. Este julgamento é feito levando em consideração o exercício para o qual o Grupo possui razoável certeza sobre esses exercícios, a existência de incentivos econômicos para permanecer no contrato e outros elementos, o que podem impactar significativamente o valor dos ativos e passivos de arrendamento.

	Controladora				Consolidado			
	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Veículos	Total	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Veículos	Total
Direito de uso								
Em 1 de janeiro de 2020	28.312	19.229	706	48.247	66.613	19.228	1.652	87.493
Adições de novos contratos	-	4.021	-	4.021	-	4.021	-	4.021
Reajuste de contrato	-	(2.710)	-	(2.710)	759	(2.710)	-	(1.951)
Amortização	(6.529)	(4.897)	(208)	(11.634)	(14.684)	(4.897)	(369)	(19.950)
Baixa	(15.487)	-	(498)	(15.985)	(30.334)	-	(1.283)	(31.617)
Ajustes de conversão	-	-	-	-	4.076	-	-	4.076
Em 31 de dezembro de 2020	6.296	15.643	-	21.939	26.430	15.642	-	42.072
Adições de novos contratos	11.795	-	-	11.795	12.334	-	-	12.334
Reajuste de contrato	4.855	(7.169)	-	(2.314)	8.747	(7.169)	-	1.578
Amortização	(3.204)	(3.529)	-	(6.733)	(6.700)	(3.529)	-	(10.229)
Baixa	(5.852)	-	-	(5.852)	(10.587)	-	-	(10.587)
Ajustes de conversão	-	-	-	-	(223)	-	-	(223)
Em 31 de dezembro de 2021	13.890	4.945	-	18.835	30.001	4.944	-	34.945

A movimentação dos arrendamentos a pagar está detalhada abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Veículos	Total	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Veículos	Total
Passivo de arrendamento								
Em 1 de janeiro de 2020	29.568	21.611	735	51.914	70.045	21.611	1.710	93.366
Adições de novos contratos	-	4.021	-	4.021	-	4.021	-	4.021
Reajuste de contrato	-	(3.090)	-	(3.090)	8.438	(3.090)	-	5.348
Pagamento	(5.672)	(4.346)	(199)	(10.217)	(11.361)	(4.346)	(389)	(16.096)
Juros incorridos	2.527	1.321	44	3.892	10.092	1.321	48	11.461
Juros pagos	(2.528)	(1.321)	(44)	(3.893)	(10.092)	(1.321)	(48)	(11.461)
Baixa	(16.626)	-	(536)	(17.162)	(31.844)	-	(1.321)	(33.165)
Ajustes de conversão	-	-	-	-	(2.371)	-	-	(2.371)
Em 31 de dezembro de 2020	7.269	18.196	-	25.465	32.907	18.196	-	51.103
Adições de novos contratos	11.795	-	-	11.795	12.334	-	-	12.334
Reajuste de contrato	2.948	(5.739)	-	(2.791)	6.012	(5.739)	-	273
Pagamento	(3.472)	(3.892)	-	(7.364)	(7.037)	(3.892)	-	(10.929)
Juros incorridos	640	703	-	1.343	5.144	703	-	5.847
Juros pagos	(640)	(703)	-	(1.343)	(5.144)	(703)	-	(5.847)
Baixa	(6.475)	-	-	(6.475)	(12.276)	-	-	(12.276)
Ajustes de conversão	-	-	-	-	35	-	-	35
Em 31 de dezembro de 2021	12.065	8.565	-	20.630	31.975	8.565	-	40.540
Circulante				8.611				12.818
Não circulante				12.019				27.722

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor justo do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo, o Grupo reavalia a taxa de juros quando há reavaliações do prazo de arrendamento.

Prazo	De	Até
Até 2 anos	4,50%	6,50%
3 a 5 anos	5,50%	7,50%
Mais de 5 anos	6,50%	8,50%

15.2 Maturidade dos passivos de arrendamento

Em atendimento ao Ofício CVM / SNC / SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

(Em milhões de Reais)	2022	2023	2024	2025	Após 2026	Passivo de arrendamento
Inflação projetada	5,15%	3,40%	3,00%	3,00%	3,00%	
Controladora	8.241	5.011	2.214	1.977	1.473	18.916
Consolidado	18.429	12.591	8.792	4.828	7.314	51.954

16. Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente

Política contábil:

De acordo com o CPC 25 (IAS 37) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, uma provisão deve ser reconhecida quando, no final do exercício, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, seja provável que será necessária uma saída de recursos do Grupo para liquidar a obrigação, e que possa ser feita uma estimativa confiável do montante da obrigação. As provisões tributárias, trabalhistas e previdenciário são estimadas considerando a natureza de cada processo, o risco de perda, e a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões cíveis são estimadas com base na média dos desembolsos históricos por processo independente da classificação de risco.

Os passivos contingentes, que não são reconhecidos no balanço patrimonial, são definidos como:

- Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Grupo; ou
- Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque (i) não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação ou (ii) o montante da obrigação não possa ser medido com suficiente confiabilidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. O Grupo divulga o ativo contingente, quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, suportadas pelo apoio de seus consultores legais.

	Controladora			
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis (b)	Tributários	Total
Em 01 de janeiro de 2021	10.045	35.278	5.888	51.211
Adições	8.547	27.718	10.464	46.729
Reversões	(11.372)	(28.849)	(10.281)	(50.502)
Em 31 de dezembro de 2021	7.220	34.147	6.071	47.438

	Consolidado					
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis (b)	Tributários	Passivo contingente (a)		Total
				Tributários	Trabalhistas e Previdenciárias	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.738	53.573	55.832	119.528	66.551	311.222
Adições	15.606	40.112	10.464	-	-	66.182
Pagamentos	(237)	(832)	-	-	-	(1.069)
Reversões	(15.813)	(41.709)	(28.619)	(21.588)	(22.509)	(130.238)
Atualização monetária	-	-	-	1.695	1.061	2.756
Variação cambial de conversão	(203)	(500)	3.022	-	(7.440)	(5.121)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.091	50.644	40.699	99.635	37.663	243.732

(a) Passivo contingente de natureza trabalhista, previdenciária e tributária (IRPJ/CSLL, PIS/COFINS e ISS), oriundo de combinação de negócios das empresas Trend, Ola e Esferatur.

(b) Os processos cíveis versam, em geral, sobre as seguintes matérias: atrasos e cancelamento de voos, extravio e danificação de bagagem, falha ou falta da prestação de serviços, rescisão contratual (multas aplicadas, reembolso, entre outros) e alterações de roteiros e itinerários.

16.1 Passivos contingentes

O valor dos processos cujo risco de perda é classificado como possível e por isso não foram provisionados é R\$ 514.116 (R\$ 554.798 em 31 de dezembro de 2020) e são descritos a seguir:

Dedutibilidade fiscal do ágio

Cobrança de IRPJ e CSLL relativo a suposta amortização indevida de ágio, despesas financeiras e reflexo nos JSCP, nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, além de multas isoladas, no valor total atualizado de R\$ 574.552 (R\$ 556.321 em 31 de dezembro de 2020).

Em 27 de maio de 2020, os membros da 12ª Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal do Brasil, decidiram por unanimidade de votos, julgar procedente em parte a impugnação impetrada pela Companhia no curso do processo administrativo iniciado pelo auto de infração.

Esta decisão (ainda em primeira instância na esfera administrativa) cancelou provisoriamente os lançamentos relativos à amortização de ágio, juros sobre capital próprio (JSCP) e qualificação das multas aplicadas, mantendo, no entanto, a cobrança referente a glosas de amortização de earn out, despesas financeiras e agravamento da multa de ofício, bem como as multas isoladas. A Fazenda apresentou Recurso Voluntário quanto as matérias julgadas improcedentes na Turma de Julgamento e a Companhia recorreu acerca da parcela mantida do auto de infração pela Turma de Julgamento. Ambos os recursos aguardam julgamento.

O processo em discussão atualmente possui estimativa de perda possível para uma parcela do valor total da contingência, no montante de R\$ 298.767 sendo o saldo remanescente entendido como chance de perda remota pelos assessores legais da Companhia.

Imposto de renda sobre pagamento baseado em ações

A Administração decidiu, de forma preventiva, em 18 de outubro de 2017, propor ação judicial em face da União sobre a possível tributação dos planos de opções existentes como remuneração, defendendo a natureza mercantil do contrato.

O valor da exposição tributária atualizada da CVC e dos participantes é de R\$ 215 milhões, com chance de perda possível, avaliada pelos consultores jurídicos da Companhia.

O processo encontra-se em fase de conhecimento. Em outubro de 2017, foi proferida decisão que deferiu o pedido de tutela de urgência realizado pela CVC e os beneficiários para determinar à União que se abstenha de exigir: (I) contribuições previdenciárias e de terceiros da CVC; (II) multa por suposta ausência de retenção do imposto de renda devido pelos participantes; e (III) imposto de renda devido pelos participantes. Todavia, em agosto de 2019, parte da tutela antecipada foi reconsiderada, o que resultou no seu indeferimento parcial. A CVC apresentou recurso para reversão da decisão, que aguarda julgamento.

O imposto de renda à alíquota de 27,5% foi objeto de depósito judicial para garantia do juízo para os exercícios posteriores ao ajuizamento da ação; para os exercícios anteriores, o depósito consistiu na diferença entre a alíquota de 27,5% e o imposto de renda sobre ganho de capital já pago pelo participante (15%). O saldo atualizado em dezembro de 2021 é de R\$ 97.992 (R\$ 94.830 em 31 de dezembro de 2020).

16.2 Depósito judicial

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	1.512	2.896	3.033	7.974
Tributários	67.382	60.207	67.382	60.207
Cível	22.435	14.878	26.410	19.432
Bloqueio judicial	1.620	-	2.895	-
Total	92.949	77.981	99.720	87.613

O principal depósito judicial do Grupo refere-se à ação judicial sobre o pagamento baseado em ações apresentada na nota 16.1. Os saldos acumulados dos depósitos judiciais totalizam em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 67.382 (R\$ 60.207 em 31 de dezembro de 2020).

17. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que o Grupo opera e gera lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os tributos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

A despesa de imposto de renda e de contribuição social consolidada é reconhecida, em cada entidade legal, por um valor determinado pela multiplicação do lucro (prejuízo) antes do imposto para o exercício de relatório intermediário pela melhor estimativa da administração da alíquota de imposto de renda e contribuição social anual média ponderada esperada para o exercício completo, ajustada pelo efeito tributário de certos itens reconhecidos na íntegra no exercício intermediário.

Como tal, a taxa de imposto efetiva nas demonstrações contábeis Intermediárias pode diferir da estimativa da administração sobre a alíquota de imposto efetiva das demonstrações financeiras anuais.

17.1 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(532.471)	(1.399.499)	(545.304)	(1.538.424)
Imposto de renda à alíquota nominal - 34%	181.040	475.830	185.403	523.064
Equivalência patrimonial	(72.866)	(290.685)	-	-
Receitas/despesas não tributáveis/indeferíveis	(15.771)	14.307	(37.913)	(191.129)
Varição na parcela dos tributos diferidos não reconhecidos	(40.589)	-	(93.369)	(24.661)
Benefício fiscal em gastos com emissão de ações (a)	3.922	3.015	3.922	3.015
Outros	392	405	619	1.399
Imposto de renda e contribuição social	56.128	202.872	58.662	311.688
Corrente	-	3.421	564	3.495
Diferido	56.128	199.451	58.098	308.193
Despesa de imposto de renda e contribuição social	56.128	202.872	58.662	311.688
Alíquota efetiva	11%	-14%	11%	-20%

(a) De acordo o decreto 1.598 de 26 de dezembro de 1977, os custos associados às transações destinadas à obtenção de recursos próprios, mediante a distribuição primária de ações ou bônus de subscrição contabilizados no patrimônio líquido, podem ser excluídos, na determinação do lucro real, gerando o benefício fiscal sobre os gastos incorridos com emissões de ações.

17.2 Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos

A movimentação dos créditos do imposto de renda e contribuição social diferido é conforme segue:

	Controladora					
	Reconhecido em			Resultado		
	01/01/2020	Resultado do exercício	ORA (a)	31/12/2020	do exercício	31/12/2021
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	19.754	20.585	-	40.339	15.914	56.253
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	19.104	1.325	-	20.429	359	20.788
Ganhos e perdas com derivativos	(172)	9.618	(684)	8.762	(8.287)	475
Provisão para bônus, PLR e pagamento baseado em ações	10.736	25.627	-	36.363	6.347	42.710
Contratos de arrendamento	1.142	(605)	-	537	(292)	245
Impairment	11.619	(7.282)	-	4.337	(4.153)	184
Mais valia de ativos e passivo contingente	40.649	(18.833)	4.718	26.534	(30.740)	(4.206)
Prejuízos fiscais	43.139	185.523	-	228.662	113.351	342.013
Outras provisões	28.036	(16.507)	-	11.529	4.219	15.748
Ativo / Passivo de imposto de renda diferido	174.007	199.451	4.034	377.492	96.718	474.210
Tributos diferidos não reconhecidos (b)	-	-	-	-	(40.590)	(40.590)
Ativo / Passivo de imposto de renda diferido	174.007	199.451	4.034	377.492	56.128	433.620

	Consolidado						
	Reconhecido em			31/12/2020	Reconhecido em		
	Resultado do exercício	ORA (a)	Resultado do exercício		Patrimônio líquido	31/12/2021	
01/01/2020							
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	27.526	28.425	-	55.951	15.320	-	71.271
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	25.437	396	-	25.833	(406)	-	25.427
Ganhos e perdas com derivativos	(172)	9.618	(684)	8.762	(8.155)	-	607
Provisão para bônus, PLR e pagamento baseado em ações	11.311	27.038	-	38.349	5.660	-	44.009
Contratos de arrendamento	1.642	303	-	1.945	(1.140)	-	805
Impairment	12.249	(7.162)	-	5.087	(4.901)	-	186
Mais valia de ativos e passivo contingente	123.715	57.047	7.618	188.380	(34.815)	2.982	156.547
Prejuízos fiscais	84.615	250.849	-	335.464	138.908	-	474.372
Outras provisões	44.730	(33.660)	-	11.070	6.182	-	17.252
Ativo / Passivo de imposto de renda diferido	331.053	332.854	6.934	670.841	116.653	2.982	790.476
Tributos diferidos não reconhecidos (b)	(52.519)	(24.661)	-	(77.180)	(58.555)	-	(135.735)
	278.534	308.193	6.934	593.661	58.098	2.982	654.741
Imposto de renda diferido ativo	334.629			596.207			654.741
Imposto de renda diferido passivo	(56.095)			(2.546)			-

(a) Inclui impactos de conversão de saldos de controladas no exterior.

(b) Refere-se à R\$ 124.475 de imposto de renda não reconhecido sobre prejuízos fiscais e R\$ 10.219 sobre diferenças temporárias. O seu reconhecimento não ocorreu, devido a inexistência de lucros tributáveis futuros que suportaria sua realização.

17.3 Compensação dos impostos diferidos

A recuperação dos créditos do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros do Grupo, e se realizará conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Ano Calendário 2022	11.100	17.448
Ano Calendário 2023	27.361	32.730
Ano Calendário 2024	34.327	41.021
Ano Calendário 2025	36.973	46.231
Ano Calendário 2026	42.206	52.277
Ano Calendário 2027	45.006	55.962
Ano Calendário 2028	46.712	72.365
Ano Calendário 2029	48.289	62.575
Ano Calendário 2030	50.039	93.763
Total prejuízo fiscal	342.013	474.372
Diferenças temporárias (a)	132.197	316.104
Total tributos diferidos	474.210	790.476

(a) As diferenças temporárias são oriundas de provisões e outras contas que são revisadas e conseqüentemente realizadas em bases anuais.

18. Contas a pagar e contas a receber – Aquisição de controlada

18.1 Contas a pagar de aquisição de controlada

O saldo de contas a pagar refere-se à aquisição da Submarino Viagens. O saldo a pagar está sendo corrigido pela SELIC e descontada à taxa de 15% a.a. A movimentação do contas a pagar é apresentado a seguir:



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2021

	Controladora e Consolidado
Saldo a pagar em 01 de janeiro de 2020	65.060
Valores pagos no ano de 2020	(704)
Juros incorridos no ano 2020	1.797
Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020	66.153
Circulante	4.076
Não circulante	62.077
Saldo a pagar em 01 de janeiro de 2021	66.153
Valores pagos no ano de 2021	(471)
Juros incorridos no ano 2021	2.900
Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021	68.582
Circulante	4.040
Não circulante	64.542

O saldo a pagar será liquidado da seguinte forma:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	4.076
2022	4.040	3.700
2023	3.862	3.536
2024	3.692	3.385
2025 em diante (a)	56.988	51.456
Total	68.582	66.153

(a) A última parcela tem vencimento em 2025 mas com possibilidade de estender o contrato por mais 10 anos caso os valores não sejam totalmente pagos.

18.2 Contas a receber de aquisição de controlada

Conforme cláusulas contratuais firmadas entre a Controladora e o antigo controlador da Submarino Viagens (B2W Viagens), quaisquer eventuais contingências anteriores à data de aquisição são de responsabilidade deste último. Dessa forma, além do registro das contingências em questão na referida controlada, a Administração reconheceu saldo de contas a receber no mesmo montante de R\$ 2.136 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 2.842 em 31 de dezembro de 2020 e estão alocados na rubrica de outras contas a receber.

19. Patrimônio líquido

19.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito é de R\$ 1.371.723 (R\$ 960.868 em 31 de dezembro de 2020), representado por 224.934.809 (172.828.579 em 31 de dezembro de 2020), ações ordinárias e sem valor nominal. As movimentações do capital social no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referem-se à:

- (a) Emissão de 28.348.679 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, integralizadas em 3 de fevereiro de 2021, no valor de R\$ 363.902 decorrente de exercício de bônus de subscrição pelos seus acionistas. Os custos com emissão de ações foi R\$ 5.880, líquido do efeito de imposto de renda e contribuição social, e foram registrados na rubrica de reserva de capital; e

- (b) Emissão de 23.757.551 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, integralizadas em 31 de agosto de 2021, no valor de R\$ 454.244 decorrente de subscrição privada pelos seus acionistas, sendo registrado na rubrica de capital social o montante de R\$ 41.101, ágio na emissão de ações no valor de R\$ 413.144 e seus custos com emissão de ações foi R\$ 5.656 líquido do efeito de imposto de renda e contribuição social, e foram registrados na rubrica de reserva de capital;

As movimentações do capital social no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 referem-se à: (a) emissão de 147.000 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas no exercício, no valor de R\$ 1.745 decorrente de exercícios dos planos de *stock options* e (b) emissão de 23.500.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, integralizadas no exercício, no valor de R\$ 301.740 decorrente de subscrição privada, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de julho de 2020 e (c) gastos com emissão de ações no valor de R\$ 5.852, líquido do efeito de imposto de renda e contribuição social.

19.2 Opções de compra de ações

O Grupo concede remuneração na forma de pagamento com base em ações a seus principais executivos e administradores. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, assim como o uso de diversas premissas, o que depende dos termos e condições da concessão.

As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado (despesas gerais e administrativas) a medida em que o serviço é prestado em contrapartida da reserva de pagamentos baseados em ações, no patrimônio líquido.

O preço de exercício das opções concedidas é o valor justo de mercado das ações no momento da outorga das opções, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA até a data de exercício.

Adicionalmente, os beneficiários devem manter o vínculo empregatício, conforme definido pelo plano de pagamento baseado em ações da Companhia anterior ao exercício da opção outorgada e deve observar o exercício de *lock-up* de um ano após a data de aquisição. As opções são exercíveis em até 10 anos. Após a data da outorga, as opções, as quais os direitos de exercício tenham sido adquiridos, deverão ser exercidas em 90 dias contados a partir da data de saída da Companhia.

19.3 Planos de incentivo

PLANO ILP 2017

Em Assembleia Geral Ordinária e extraordinária realizada em 28 de abril de 2017, os acionistas da Companhia aprovaram o “Plano de Incentivo a Longo Prazo e Retenção Baseado em Ações da Companhia – CVC” (“ILP CVC”), destinado aos diretores atuais e futuros da Companhia, diretores de sociedades controladas e determinados empregados da Companhia ou das sociedades controladas (gerentes com alto potencial).

Nos termos do ILP CVC, para fazer jus ao direito de receber ações restritas da Companhia, o participante, a seu exclusivo critério, deverá utilizar percentual de sua remuneração variável (PPR) para adquirir ações de emissão da Companhia no mercado secundário da B3. Tendo o participante utilizado sua remuneração variável para adquirir ações de emissão da Companhia no mercado secundário, o Conselho de Administração da Companhia conceder-lhe-á o direito de receber um número de ações restritas, sem nenhum custo ao participante, após transcorrido o exercício de *lock-up*, da seguinte forma:

(a) caso o participante tenha utilizado até 50% do valor líquido de sua remuneração variável na aquisição de ações no mercado secundário, a Companhia transferirá ao participante uma quantidade de ações restritas que será correspondente à mesma quantidade (100%) de ações adquiridas no mercado secundário;

(b) caso o participante tenha utilizado mais que 50% e até 75% do valor líquido de sua remuneração variável na aquisição de ações no mercado secundário, a Companhia transferirá ao participante uma quantidade de ações restritas que será correspondente à 125% do número de ações adquiridas no mercado secundário; e

(c) caso o participante tenha utilizado mais que 75% do valor líquido de sua remuneração variável na aquisição de ações no mercado secundário, a Companhia transferirá ao participante um número de ações restritas que será correspondente a 150% do número de ações adquiridas no mercado secundário.

Os participantes terão direito de receber as ações restritas e a Companhia terá a obrigação de transferir tais ações restritas somente após transcorrido o exercício de *lock-up*. Para fins do ILP CVC, o exercício de *lock-up* significa o exercício de três anos contado da data de aquisição das ações próprias pelo participante, devidamente demonstrado à Companhia pelo comprovante de aquisição das ações no mercado secundário, durante o qual o participante não poderá alienar, transferir, alugar, ceder, empenhar ou oferecer em garantia quaisquer tais ações adquiridas no mercado secundário, sob pena de, ao final de tal exercício, a Companhia não transferir ao participante as ações restritas.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram alterações em determinados termos e condições o Plano de Incentivo de Longo Prazo e Retenção Baseado em Ações (“ILP CVC”).

O ILP CVC, com as alterações ora propostas (“Novo ILP CVC”), preserva as suas características, inclusive com relação a seus objetivos e regras de administração. As principais alterações propostas no Novo Plano de Incentivo de Longo Prazo estão sumarizadas abaixo:

(i) Ampliação do rol de pessoas elegíveis ao plano, que passa a contemplar também os diretores, estatutários ou empregados, de sociedades subsidiárias ou controladas direta ou indiretamente pela Companhia, em até 100%, de acordo com a performance;

(ii) ampliação do limite de empregados (gerentes de alto potencial) da Companhia, de subsidiárias ou sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia, que são elegíveis para participar do plano de 20% (vinte por cento) para 30% (trinta por cento) do total do quadro de gerentes;

(iii) alteração de limite máximo de diluição de 0,3% (zero vírgula três por cento) ao ano em exercício de 10 (dez) anos, totalizando 3% (três por cento) do total de ações emitidas pela Companhia, para diluição máxima de 3% (três por cento) acumulada no exercício de até 6 (seis) anos;

(iv) inclusão de exercício de restrição de 12 (doze) meses após a aquisição como condição para a elegibilidade “Pessoas Elegíveis” provenientes de sociedades integral ou parcialmente adquiridas pela Companhia;

(v) criação de plano de entrega de ações restritas sem *matching*, limitado a 20% da diluição prevista no programa com *matching*.

Plano de Incentivo CEO 2020

Em Assembleia Geral Extraordinária em 24 de março de 2020 foi aprovado um novo Plano de Incentivo Baseado em Ações CEO 2020 (“ILP CEO 2020”) destinado ao novo diretor presidente da Companhia. Nos termos do ILP CEO 2020, o executivo elegível terá direito, observadas determinadas condições descritas no Plano, de receber ações restritas da Companhia de forma não onerosa.

O Plano de Incentivo CEO 2020, que segue o modelo de ações restritas, prevê a entrega gradual de ações de emissão da Companhia ao beneficiário, condicionada a sua permanência na Companhia, seguindo cronograma indicado no documento, que estabelece: (i) a entrega de 1/3 das ações em até 30 dias da assinatura do respectivo contrato de concessão; (ii) a entrega de 1/3 das ações em até 1 ano da assinatura do contrato; e (iii) a entrega de 1/3 das ações em até 2 anos da assinatura do contrato.

PLANO ILP 2020

Em reunião realizada em 16 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, dentre outras matérias, aprovou a proposta do ILP 2020, que tem por objetivo recompensar os participantes que contribuem para o melhor desempenho da Companhia e valorização das ações, especialmente considerando o atual momento desafiador da economia no qual a Companhia ocupa papel de destaque para a retomada do setor de turismo.

O ILP 2020 não cancela ou altera qualquer dos demais planos de opção ou remuneração baseados em ações atualmente em vigor do Grupo. O ILP 2020 busca, assim, (i) alinhar os interesses dos acionistas do Grupo aos dos participantes no êxito e na consecução dos objetivos sociais da Companhia e das Controladas; e (ii) possibilitar à Companhia e às Controladas atrair e manter a ela vinculados os participantes.

Poderão ser indicados para participar do ILP 2020 os empregados e administradores considerados executivos-chave da Companhia e das Controladas indicados pelo Conselho de Administração, independentemente de sua data de admissão como empregado ou posse em cargo na administração do Grupo.

a. Potenciais beneficiários

Serão beneficiários os empregados e administradores que sejam considerados executivos-chave da Companhia e das Controladas e que sejam indicados pelo Conselho de Administração (“participantes”).

b. Número máximo de ações abrangidas pelo plano

O número total máximo de ações restritas que poderão ser entregues no âmbito do ILP 2020 é de 8.000.000 (oito milhões) ações de emissão da Companhia (“ações referência”). O número total de ações que será entregue aos participantes dependerá do cálculo realizado nos termos do ILP 2020.

c. Condições de aquisição

A outorga de ações referência aos participantes no âmbito do ILP 2020 será gratuita e estará sujeita e dependerá do cumprimento e/ou verificação, conforme o caso, dos termos e condições previstas no ILP 2020 e nos contratos que forem celebrados com os participantes (“contrato”). Cada contrato contemplará uma quantidade de ações referência em relação às quais os respectivos participantes terão calculada a sua remuneração em ações (“remuneração em ações”).

A quantidade de ações a ser entregue a cada participante como remuneração em ações será calculada da seguinte forma:

$$\text{Quantidade de Ações} = \frac{[(A - B) * C] - D}{A}$$

Onde,

(A) corresponde ao preço atualizado (o valor de cada ação de emissão da Companhia calculado com base na média aritmética da cotação de fechamento nos 30 (trinta) últimos pregões em que as ações tenham sido negociadas na B3, contados retroativamente da data da entrega ou de cada data de antecipação);

(B) corresponde ao preço inicial (calculado com base na média aritmética da cotação de fechamento dos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores a 11 de novembro de 2020);

(C) corresponde ao número de ações referência outorgadas ao participante; e

(D) corresponde ao valor do imposto de renda retido na fonte e/ou quaisquer outros tributos sobre a remuneração em ações que sejam devidos pelos participantes. O pagamento da remuneração em ações será obrigatoriamente e parcialmente antecipado aos participantes nas datas (“data de antecipação”) e nos percentuais abaixo indicados, desde que na data em questão o preço atualizado seja superior ao preço de referência (preço inicial acrescidos em 10%):

Data de Antecipação	Percentual da Remuneração em Ações Possível de Antecipação
31.03.2021	10%
31.03.2022	15%
31.03.2023	20%
31.03.2024	25%

PLANO ILP TALENTOS

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 28 de setembro de 2021, foi aprovado o novo Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações para colaboradores da Companhia nos níveis de Diretor, Gerente Executivo, Gerente, Coordenador e Especialista recomendados pelo comitê gestor e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia (“ILP Talentos”).

O ILP Talentos estabelece os termos e condições para a concessão anual aos Participantes, pela Companhia, de Unidades que poderão, ao fim do prazo de carência e observados os termos nele dispostos, resultar na outorga de Ações Restritas aos Participantes.

Ele é dividido em quatro Programas, os quais serão emitidos anualmente por determinação do Conselho de Administração, observado o seguinte disposto: (i) os Participantes; (ii) a quantidade de Unidades objeto do respectivo Programa; e (iii) a faixa de número de salários mensais por nível de cargo a ser considerada para o múltiplo de salários mensais dos Participantes.

Para cada Programa, a elegibilidade de cada Participante estará sujeita a avaliação e ratificação pelo Comitê Gestor, a qual levará em consideração a performance individual de cada Participante na Companhia, e posterior aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Poderão ser concedidas Ações Restritas no âmbito deste Plano até o máximo de 1,8% (um vírgula oito por cento) do total de Ações do capital social da Companhia na data de aprovação do ILP Talentos. A quantidade de Ações Restritas outorgadas aos Participantes deverá ser ajustada para mais ou para menos com vistas a restabelecer os valores originalmente outorgados em razão de desdobramento, grupamento ou bonificação de ações. A fim de honrar o pagamento da Remuneração em Ações devida aos Participantes, a Companhia poderá utilizar ações mantidas em tesouraria ou, alternativamente, desde que previamente aprovado pelo Conselho de Administração, satisfazer tal obrigação mediante a entrega ao Participante do valor em moeda corrente equivalente à Remuneração em Ações, calculada na forma do ILP Talentos, do Programa e de cada Contrato.

Observados os termos previstos no ILP Talentos e nos Programas, o Participante receberá, a título gratuito, uma quantidade de Unidades correspondente ao quociente da divisão de determinado múltiplo de salários mensais do Participante pela Cotação de Mercado da Ação. Para fins de clareza, a determinação da quantidade de Unidades a serem concedidas será calculada da seguinte forma:

$$\text{Número de Unidades} = \frac{MSM}{CMA}$$

Onde,

“MSM” = Múltiplo de salários mensais do Participante; e

“CMA” = Cotação de Mercado da Ação.

As Unidades concedidas a cada Programa terão o prazo de carência de 3 (três) anos contados a partir da Data de Concessão de cada Programa, o qual será segmentado em 3 (três) parcelas, conforme cronograma previsto na Proposta da Administração anexa à ata da Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o ILP Talentos, para darem direito ao recebimento de Ações Restritas.

O ILP Talentos substitui o Plano de Incentivo a Longo Prazo e Retenção Baseado em Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2017 (“Plano ILP 2017”), sendo certo que os contratos de concessão de ações restritas e outras avenças celebrados no âmbito do Plano ILP 2017 manter-se-ão com relação aos respectivos participantes até sua liquidação integral nos termos ali previstos.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2021

As movimentações no Plano de Opções de compra de ações e Incentivos de longo prazo (ILP) estão detalhadas abaixo:

	(Em milhares de opções)				(Em milhares de ações)						
	Plano 2	Plano 4	Plano 5	Plano 6	ILP CVC				ILP CEO 2020	ILP 2020 (Comex)	ILP Talentos
	Tranche 2.1 a 2.3	Tranche 4.1 a 4.3	Tranche 1	Tranche 1	Tranche 1	Tranche 2	Tranche 3	Tranche 4			
01 de janeiro de 2020	64	141	515	319	248	245	313	-	-	-	-
Outorgadas	-	-	-	-	-	-	40	-	600	-	-
Exercidas	-	(35)	(182)	-	(157)	(84)	(53)	-	(200)	-	-
Canceladas	-	-	-	-	(91)	(91)	(134)	-	-	-	-
31 de dezembro de 2020	64	106	333	319	-	70	180	-	400	-	-
Outorgadas	-	-	-	-	-	-	-	303	300	8.450	351
Exercidas em 2021	-	-	-	-	-	(67)	(43)	(1)	(400)	(775)	-
Canceladas em 2021	-	-	(207)	-	-	(3)	(25)	(12)	-	(1.498)	-
31 de dezembro de 2021	64	106	126	319	-	-	112	290	300	6.177	351

A despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 18.743 alocado em despesas gerais e administrativas, líquido de encargos sociais (R\$ 7.226 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). O valor justo médio ponderado dos instrumentos patrimoniais concedidos é determinado na data da outorga.

Detalhes	Plano 2	Plano 4	Plano 5	Plano 6	ILP CVC					
	Tranche 2.1	Tranche 4.1	Tranche 1	Tranche 1	Tranche 2	Tranche 3	Tranche 4	ILP CEO 2020	ILP 2020 (Comex)	ILP talentos
Data de início (primeira outorga)	10/11/2013	10/11/2011	31/08/2014	09/12/2015	28/04/2017	16/05/2017	21/05/2021	07/07/2021	05/02/2021	01/10/2021
Quantidade de opções - TBO (milhares)	64	106	126	319	-	112	290	300	6.177	351
Valor de exercício - R\$	R\$22,46	R\$11,82	R\$14,81	R\$12,87	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Volatilidade esperada	44,35%	30,58%	33,75%	38,33%	36,22%	36,22%	36,22%	N/A	56,55%	N/A
Prazo maturidade estimado	5 anos	5 anos	4,4 anos	5 anos	3 anos	3 anos	3 anos	2 anos	5 anos	6 anos
Valor justo médio na data da outorga	R\$ 14,44	R\$ 5,07	R\$ 6,19	R\$ 7,51	R\$ 51,00	R\$ 53,57	R\$ 23,57	R\$ 9,40	R\$ 7,29	R\$ 22,95

19.4 Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo das reservas de lucros é zero. Em 31 de dezembro de 2020, os saldos das contas de reserva de lucros, descritas abaixo, foram integralmente utilizadas para absorção do prejuízo do exercício.

19.4.1 Reserva legal

É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo é zero. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de Reserva legal foi integralmente utilizado para compensação do prejuízo do exercício.

19.4.2 Reserva de retenção de lucros

Parcela ou totalidade do lucro líquido remanescente, após as apropriações previstas no estatuto social da Companhia, podem ser retidos com base em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, na forma prevista no Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo é zero. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de reserva de retenção de lucros foi integralmente utilizado para compensação do prejuízo do exercício.

19.4.3 Reserva de capital de giro

É constituída mediante apropriação de até 25% do lucro líquido remanescente, após apropriação da reserva legal e distribuição dos dividendos, destinada à manutenção do capital de giro da Companhia, até o limite de 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é zero. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de reserva de retenção de lucros foi integralmente utilizado para compensação do prejuízo do exercício.

19.4.4 Reserva de expansão

É constituída mediante apropriação de até 25% do lucro líquido remanescente, após apropriação da reserva legal e distribuição dos dividendos, destinada à expansão dos negócios da Companhia, até o limite de 50% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é zero. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de reserva de retenção de lucros foi integralmente utilizado para compensação do prejuízo do exercício.

19.5 Ágio em transações de capital

O saldo da conta de Ágio em transações de capital é de R\$ 173.055 (R\$ 169.391 em 31 de dezembro de 2020) e refere-se ao ágio na aquisição de participação de não controladores.

19.6 Aquisição de não controladores

Conforme divulgado na nota explicativa 01, a Companhia realizou aquisições de participações de acionistas não controladores das empresas Avantrip.com SRL, Servicios de Viajes Y Turismo Biblos S.A., Ola S.A., Candem Enterprises LLC e VHC Hospitality LLC. Com esta transação a Companhia passou a deter 100% de participação nestas empresas.

19.7 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 8.462 ações em tesouraria (122.434 em 31 de dezembro de 2020) no montante de R\$ 122 (R\$ 1.767 em 31 de dezembro de 2020). As movimentações ocorridas nessa rubrica se referem a recompras de ações e transferências aos beneficiários dos planos de pagamento baseado em ações descritos na nota 19.3.

20. Transações com partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas compreendem principalmente transações referente a venda de bilhetes aéreos, reservas de hotéis, outros serviços turísticos a valor de custo e conta corrente entre a Controladora e suas controladas.

As condições e os montantes destas estão demonstrados abaixo:

20.1 Principais saldos ou pagamentos oriundos de transações com partes relacionadas

	Controladora				
	31/12/2021				
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado (12 meses)	Pagamento
Grupo Duotur (a)	-	-	-	2	(23.830)
Viatrix Viagens (b)	-	415	3.037	145	-
Visual Turismo (d)	-	245	-	-	-
Grupo Trend (c)	-	-	-	188	(9.906)
Esferatur (f)	-	16.530	29.516	2.012	(14.862)
Total das aquisições de partes relacionadas	-	17.190	32.553	2.347	(48.598)
Submarino Viagens	48.595	-	11.462	-	-
Visual Turismo	7.431	-	641	-	-
Grupo Trend (e)	24.730	-	3.115	-	-
CVC Turismo S.A.U (g)	18.868	-	23.893	-	-
Grupo Bibam	3.172	-	-	-	-
Almundo	19.532	-	217	-	-
Esferatur (e)	10.564	-	1.045	-	-
Ola (l)	1.251	-	-	-	-
Total de op. Intercompany	134.143	-	40.373	-	-
Esferatur	170	-	-	-	-
Total de AFAC	170	-	-	-	-
Total	134.313	17.190	72.926	2.347	(48.598)

	Consolidado				
	31/12/2021				
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado (12 meses)	Pagamento
Grupo Duotur (a)	-	-	-	2	(23.830)
Viatrix Viagens (b)	-	415	3.037	145	-
Visual Turismo (d)	-	245	-	-	-
Grupo Trend (c)	-	-	-	188	(9.906)
Camden (m)	-	10.304	-	-	-
Grupo Bibam	-	-	-	770	(808)
Ola (k)	-	-	-	4.140	-
Esferatur (f)	-	16.530	29.516	2.012	(14.862)
Total	-	27.494	32.553	7.257	(49.406)

Controladora					
31/12/2020					
Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado (12 meses)	Pagamento	
Grupo Duotur (a)	-	23.871	-	(677)	26.286
Viatrix Viagens (b)	-	269	3.037	(89)	-
Visual Turismo (d)	-	245	-	-	-
Grupo Trend (c)	-	-	-	(909)	-
Esferatur (f)	-	15.841	44.361	(1.975)	22.533
Total das aquisições de partes relacionadas	-	40.226	47.398	(3.650)	48.819
Submarino Viagens	446.082	-	95.699	-	92.792
Visual Turismo (e)	33.069	-	1.643	-	-
Grupo Trend (e)	261.288	-	27.666	-	-
CVC Turismo S.A.U (g)	7.471	-	8	-	-
Grupo Bibam	2.901	-	-	-	-
Almundo	8.523	-	27	-	-
Esferatur (e)	13.288	-	1.622	-	-
Total de op. intercompany	772.622	-	126.665	-	92.792
Esferatur	5.000	-	-	-	-
Total de AFAC	5.000	-	-	-	-
Total	777.622	40.226	174.063	(3.650)	141.611

Consolidado					
31/12/2020					
Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado (12 meses)	Pagamento	
Grupo Duotur (a)	-	23.871	-	(677)	26.286
Viatrix Viagens (b)	-	269	3.037	(89)	-
Visual Turismo (d)	-	245	-	-	-
Grupo Trend (c)	-	-	-	(909)	-
Grupo Bibam (h)	771	-	-	-	-
Ola (i)	3.893	-	1.190	-	-
Esferatur (f)	-	15.841	44.361	(1.975)	22.533
Almundo (j)	-	-	-	-	12.089
Total	4.664	40.226	48.588	(3.650)	60.908

(a) Refere-se ao contas a pagar pela aquisição do capital do Grupo Duotur, que vem sendo corrigido com base em 100% da taxa CDI com vencimento até 2020. O Grupo considerou esta aquisição como uma transação com partes relacionadas tendo em vista que os ex-diretores são atuais acionistas do Grupo.

(b) Refere-se ao contas a pagar pela aquisição do capital da Viatrix, que vem sendo corrigido com base em 100% pela taxa CDI com vencimento até 2021. A Companhia considera esta aquisição como partes relacionadas, tendo em vista que os ex-diretores são atuais acionistas do Grupo.

(c) Refere-se ao contas a pagar pela aquisição do capital do Grupo Trend, que vem sendo corrigido com base em 100% pela taxa CDI com vencimento até 2022. A Companhia considera esta aquisição como partes relacionadas, tendo em vista que os ex-diretores do Grupo são atuais acionistas.

(d) Refere-se ao contas a pagar pela aquisição do capital da Visual, que vem sendo corrigido com base em 100% pela taxa CDI com vencimento até 2022. A Companhia considera esta aquisição como partes relacionadas, tendo em vista que os atuais diretores da Visual são ex-acionistas.

(e) Venda de bilhetes aéreos, reservas de hotéis, outros serviços turísticos a valor de custo e conta corrente entre a controladora e suas controladas.

(f) Refere-se ao contas a pagar pela aquisição do capital da Esferatur, que vem sendo corrigido com base em 100% pela taxa CDI com vencimento até 2024. O Grupo considerou esta aquisição como uma transação com partes relacionadas, tendo em vista que os ex-diretores são atuais acionistas do Grupo.

(g) Referem-se a despesas com a Diretoria do Grupo Bibam e Ola a serem reembolsadas pela CVC SAU a valor de custo e empréstimos a pagar.

(h) Valor referente a opções de venda e compra das empresas Avantrip/Biblos.

(i) Valor referente a opções de venda e compra da empresa Ola

(j) Refere-se ao contas a pagar pelo preço de compra (holdback), com vencimento em abril/20.

(k) Venda de bilhetes aéreos, reservas de hotéis, outros serviços turísticos e conta corrente entre a controladora e suas controlada a valor de custo e aporte de capital.

(l) Refere-se ao pagamento de títulos da OLA S.A realizados pela CVC.

(m) Arelado ao pagamento de earnout referente a aquisição da Camden.

20.2 Remunerações do pessoal-chave da Administração

A tabela a seguir mostra a remuneração paga pelo Grupo à Diretoria Executiva em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021	31/12/2020
Salários e outros benefícios de curto prazo	45.306	54.312
Pagamentos baseados em ações	25.611	15.622
Total	70.917	69.934

21. Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos

Política contábil:

As contas a receber de clientes referentes aos pacotes turísticos têm como contrapartida a conta de contratos a embarcar antecipados, no passivo circulante, até o momento do embarque dos passageiros. Na data do embarque do cliente, o valor pertinente ao repasse aos fornecedores (companhia aéreas, hotéis, receptivos, locadoras de carros, comissões de agentes etc.) é reclassificado para a respectiva conta de fornecedores operacionais, e para a receita de intermediação, momento em que o Grupo reconhece o serviço de intermediação de turismo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contratos a embarcar	899.819	825.972	970.771	926.929
Carta de crédito (a)	635.758	762.011	761.145	883.111
Adiantamento (b)	26.991	37.570	247.043	173.920
Reembolso (c)	100.457	86.525	142.971	139.846
Outros	3.329	1.769	15.992	26.458
Total	1.666.354	1.713.847	2.137.922	2.150.264
Circulante	1.656.804	1.613.372	2.112.446	1.995.629
Não circulante	9.550	100.475	25.476	154.635

(a) A Companhia vem oferecendo a remarcação das reservas e dos serviços que foram adiados ou a concessão de crédito para uso ou abatimento na compra futura de outras reservas ou serviços de turismo, segundo a conveniência do próprio consumidor (o valor contabilizado é líquido de penalidades ou multas por cancelamento).

(b) São créditos adquiridos pelos clientes na modalidade vale viagem (o cliente paga mensalmente as parcelas e vai acumulando o crédito para utilizar futuramente na conversão de um pacote/produto), com a CVC, na qual ainda não existe uma reserva vinculada, o cliente ainda não adquiriu ou solicitou pacote/produto. Exercício de expiração de 18 meses sem direito a reembolso.

(c) Na hipótese de restarem impossibilitados o oferecimento de remarcação ou o crédito ao consumidor, o Grupo restituirá o valor ao consumidor em 31/12/2022, para reservas e serviços adquiridos entre 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022 e em 31/12/2023, para reservas e serviços adquiridos entre 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022. Para os serviços aéreos, a Companhia também manteve a oferta para remarcação das reservas, concessão de crédito ou reembolso dos valores pagos, conforme disponibilidade e regras tarifárias das Companhias Aéreas e as condições previstas pela Lei 14.034/20 (o valor contabilizado é líquido de penalidades ou multas por cancelamento).

22. Receita líquida de vendas

Política contábil:

As principais fontes de receita da Companhia são:

a) Comissões recebidas pelo serviço de intermediação de serviços turísticos, que compreende passagens aéreas, transportes terrestres, reservas de hotéis, intercâmbio cultural e profissional e comercialização de cruzeiros marítimos, assim como também para o produto denominado (fretamento marítimo) que compreende a comercialização de cabines exclusivas de um navio para clientes residentes no Brasil;

b) Taxas de serviço cobradas aos viajantes por serviços de seguro viagem, receptivos, locação de veículos; entre outros; e

c) Incentivos e comissões recebidos de companhias aéreas, empresas de cruzeiros marítimos e redes de hotéis, pela intermediação de seus produtos junto aos clientes.

Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho

Os serviços turísticos, exceto fretamento marítimo, são fornecidos por terceiros, visto que o Grupo não tem o risco de estoque antes que haja a transferência dos pacotes turísticos aos seus clientes. Consequentemente, para as vendas dos pacotes turísticos, o Grupo atua como 'agente' ou na execução de sua obrigação de desempenho e que na função de 'agente', reconhece a receita de intermediação da transação correspondente à diferença entre o valor recebido do cliente e os repasses efetuados aos terceiros. Com relação ao resultado da avaliação para o produto denominado fretamento marítimo, o Grupo obtém o controle dos bens e serviços de outra parte antes de transferir o controle para o cliente; portanto, a sua obrigação de desempenho é fornecer os próprios bens ou serviços aos seus clientes. Nesse sentido, o Grupo atua como 'principal' na operação.

Política de reconhecimento da receita quando o Grupo atua como Agente

O Grupo, quando atua como agente, reconhece:

a) a receita de intermediação no momento do embarque dos clientes que correspondente à diferença entre o valor recebido do cliente e os repasses efetuados aos terceiros, prestadores dos serviços turísticos; e

b) demais receitas de vendas, incluindo as operações onde o Grupo atua como consolidadora e as vendas realizadas pelos portais na internet (exceto venda de pacotes turísticos), são reconhecidas nas demonstrações de resultados no momento da venda.

Política de reconhecimento da receita quando o Grupo atua como Principal

O Grupo, quando atua como principal, reconhece a receita da seguinte forma:

a) receita de venda das cabines e seus respectivos custos dos serviços prestados no momento do embarque.

Provisão para ajustes de margem

Após o embarque, podem existir variações entre os valores previstos a pagar aos fornecedores dos serviços e os efetivamente cobrados, basicamente relacionados a eventuais multas e penalidades por *no show* ou cancelamentos fora do prazo contratual, diferenças de tarifas, variações de taxa de câmbio e erros operacionais. Nesse caso, o Grupo realiza provisão para os impactos advindos dessas cobranças, de forma a reconhecer a margem adequadamente pelo regime de competência.

A abertura da receita de intermediação é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Doméstico	467.598	256.729	622.469	337.055
Internacional	93.852	95.196	259.052	222.365
Cruzeiro marítimos	(240)	21.397	7.548	42.001
Receita bruta de serviços ("agente")	561.210	373.322	889.069	601.421
Fretamentos	-	75.384	-	75.384
Receita bruta de serviços ("principal")	-	75.384	-	75.384
Receita bruta de serviços	561.210	448.706	889.069	676.805
Impostos sobre venda	(37.660)	(31.446)	(63.203)	(51.966)
Receita líquida de serviços	523.550	417.260	825.866	624.839

23. Custos e despesas operacionais

Política contábil:

Custos operacionais

O Grupo apresenta nesta rubrica custos de contratos de fretamento de navio quando atua como principal nas vendas desses pacotes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o grupo não efetuou vendas com essa classificação.

Despesas operacionais

O Grupo classifica suas despesas operacionais nas demonstrações do resultado do exercício de acordo com sua função. As despesas incorridas que são relacionadas diretamente às atividades da Companhia são classificadas como despesas de vendas e englobam principalmente despesas de marketing, custos com operadoras de cartões de crédito entre outros. As despesas, relacionadas a administração do Grupo são classificadas nas rubricas de Gerais e administrativas.

Outras receitas (despesas) são apresentadas em linha separada da demonstração de resultados e são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

23.1 Custos operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo casco navio	-	(62.249)	-	(62.249)
Taxas portuárias	-	(15.310)	-	(15.310)
Taxa de serviços	-	(11.185)	-	(11.185)
Outros	-	(18.718)	-	(18.718)
Total	-	(107.462)	-	(107.462)

23.2 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(338.385)	(228.393)	(544.778)	(525.748)
Serviços de terceiros (a)	(123.704)	(140.363)	(292.355)	(302.754)
Taxa de cartão de crédito	(39.293)	(33.740)	(50.380)	(44.304)
Depreciação e amortização	(71.109)	(89.320)	(208.588)	(212.643)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.791)	(60.716)	1.835	(91.632)
Baixas por <i>impairment</i>	-	(21.591)	-	(637.504)
Outros (b)	(137.963)	(152.740)	(175.242)	(106.027)
Total	(713.245)	(726.863)	(1.269.508)	(1.920.612)
Despesas de vendas	(90.749)	(78.541)	(161.599)	(135.137)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.791)	(60.716)	1.835	(91.632)
Despesas gerais e administrativas	(566.542)	(426.906)	(1.009.544)	(925.223)
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	(495.433)	(337.586)	(800.956)	(712.580)
<i>Depreciação e amortização</i>	(71.109)	(89.320)	(208.588)	(212.643)
Outras receitas operacionais	29.953	27.234	91.486	114.589
Outras despesas operacionais	(83.116)	(187.934)	(191.686)	(883.209)
Total	(713.245)	(726.863)	(1.269.508)	(1.920.612)

(a) Inclui despesas com promoções, marketing, serviços profissionais e outros.

(b) Outras despesas gerais e administrativas incluem:

i. Inclui receitas advindas da prescrição de passivos contingentes assumidos em combinação de negócios, reversões de earnouts fora do exercício de mensuração de combinação de negócios, entre outras receitas pulverizadas;

ii. Inclui perdas operacionais por gastos não associados a reservas embarcadas.

iii. custos com remarcações junto à Companhias aéreas, comissões com terceiros não recuperadas em função de remarcações e viagens canceladas no montante total de R\$ 52.847 em 31 de dezembro de 2021. Esses custos não existiam no curso normal de suas operações, dessa forma tais custos estão sendo gerados exclusivamente em função da Pandemia de Covid-19. Após um ano de pandemia e com base na prorrogação da Lei 14.174/2021 que alterou a Lei 14.034/20, que foi sancionada durante o exercício, ocorreram novas remarcações, e acertos financeiros com Companhias aéreas e outros fornecedores incorrendo em gastos adicionais no exercício; e

iv. perdas nas operações mantidas com a Itapemirim Transportes aéreos (Ita), no montante de R\$ 28.900, e Avianca Brasil relativas a, reembolso com passageiros referente a vendas canceladas, gastos extras com reacomodações realizadas em outras companhias aéreas, baixa de ativos em aberto e contingências cíveis de processos de danos morais e materiais.

Em 02 de outubro de 2021, a Companhia foi vítima de um ataque cibernético, o qual foi rapidamente detectado pelo seu monitoramento contínuo de tecnologia. Os custos incorridos totalizaram R\$52,5 milhões para restabelecimento de suas operações, atuando com seu time de tecnologia e demais equipes de apoio, inclusive consultores renomados em segurança da informação, para a descriptação de seus servidores, o que resultou na exitosa restauração dos seus ambientes e sistemas

24. Resultado financeiro

Política contábil:

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- 1- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- 2- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras				
Encargos financeiros (a)	(100.540)	(80.206)	(115.518)	(117.378)
Taxa de serviços financeiros (b)	(28.185)	(22.880)	(29.752)	(24.366)
Juros das aquisições	(5.940)	(4.620)	(6.005)	(4.620)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(1.730)	(2.047)	(2.371)	(2.840)
Juros sobre antecipação de recebíveis	(15.540)	-	(20.768)	-
Juros passivos – IFRS 16	(1.343)	(3.892)	(5.847)	(11.461)
Outros (c)	(19.725)	(47.159)	(25.471)	(37.113)
Total de despesas financeiras	(173.003)	(160.804)	(205.732)	(197.778)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	15.710	11.814	44.528	25.689
Juros ativos	6.371	9.337	8.969	12.536
Atualização de depósito judiciais	7.396	-	7.435	-
Outros	5.966	907	6.332	1.113
Total de receitas financeiras	35.443	22.058	67.264	39.338
Variação cambial, líquida (d)	9.096	9.201	36.806	23.251
Despesas financeiras, líquidas	(128.464)	(129.545)	(101.662)	(135.189)

(a) Referem-se a juros de empréstimos, debêntures e tarifas bancárias.

(b) Refere-se ao deságio nas operações de cessão de direitos creditórios com instituições financeiras.

(c) Inclui atualização das contingências não materializadas, variação do valor justo de opções de compra (Ola e Bibam), entre outros.

(d) Inclui principalmente o efeito da não efetividade do hedge accounting.

25. Prejuízo por ação

Política contábil:

De acordo com o CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, o resultado básico por ação deve ser calculado dividindo o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) (o denominador) durante o exercício. As ações em tesouraria, descritas na Nota 19.7, não são consideradas em circulação e, portanto, são deduzidas do número de ações utilizado para os cálculos de lucro por ação. O resultado diluído por ação é calculado ajustando-se o lucro líquido, ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
(Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(476.343)	(1.196.627)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares de ações)	206.518	160.437
Prejuízo por ação - básico (R\$)	<u>(2,31)</u>	<u>(7,46)</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares de ações)	206.518	160.437
Efeito antidiluidor: Pagamento baseado em ações (milhares de ações) (a)	7.429	32.131
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição (em milhares de ações)	213.947	192.568
Prejuízo por ação - diluído (R\$)	<u><u>(2,31)</u></u>	<u><u>(7,46)</u></u>
Média ponderada de ações ordinárias (básico)		
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro de 2020		160.437
Efeito das ações emitidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021		46.081
Média ponderada de ações ordinárias em circulação		<u>206.518</u>
Média ponderada de ações ordinárias (diluído)		
Média ponderada de ações ordinárias (básico)		206.518
Efeito das opções de ações ao serem exercidas		7.429
Média ponderada de ações ordinárias (diluído)		<u><u>213.947</u></u>

(a) Quando da sua conversão efetiva em ações, o efeito dos pagamentos baseados em ações na apuração do prejuízo por ação será uma redução, dessa forma se configura como efeito antidiluidor..

26. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

A seguir é apresentado a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Controladora							31/12/2021
	01/01/2021	Liquidações	Juros pagos	Varição cambial e monetárias	Novas captações	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	
Empréstimos – Não circulante	425.624	(439.425)	(1.121)	14.922	-	-	-	-
Debêntures – Circulante	353.554	(544.706)	(79.278)	94.902	436.405	-	(42.231)	218.646
Debêntures - Não circulante	729.187	-	-	-	-	-	42.231	771.418
Contas a pagar aquisição de controladas - Circulante	4.076	-	-	-	-	-	(36)	4.040
Contas a pagar aquisição de controladas - Não circulante	62.077	-	(471)	2.900	-	-	36	64.542
Contas a pagar aquisição de investidas – Partes relacionadas – Circulante	40.226	-	-	-	-	-	(23.036)	17.190
Contas a pagar aquisição de investidas – Partes relacionadas - Não circulante	47.398	(38.691)	(1.349)	2.159	-	-	23.036	32.553
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	24.058	(9.799)	-	(14.259)	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	25.465	(7.364)	(1.343)	1.343	-	2.529	-	20.630
Total	1.711.665	(1.039.985)	(83.562)	101.967	436.405	2.529	-	1.129.019

	Consolidado							31/12/2021
	01/01/2021	Liquidações	Juros pagos	Varição cambial e monetárias	Novas captações	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	
Empréstimos – Não circulante	425.624	(439.425)	(1.121)	14.922	-	-	-	-
Debêntures – Circulante	353.554	(544.706)	(79.278)	94.902	436.405	-	(42.231)	218.646
Debêntures - Não circulante	729.187	-	-	-	-	-	42.231	771.418
Contas a pagar aquisição de controladas - Circulante	4.076	-	-	-	-	-	(36)	4.040
Contas a pagar aquisição de controladas - Não circulante	62.077	(5)	(471)	2.900	-	5	36	64.542
Contas a pagar aquisição de investidas – Partes relacionadas – Circulante	40.226	-	-	-	-	10.304	(23.036)	27.494
Contas a pagar aquisição de investidas – Partes relacionadas - Não circulante	48.588	(38.691)	(1.349)	2.229	-	(1.260)	23.036	32.553
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	24.059	(9.799)	-	(14.259)	-	-	-	1
Passivo de arrendamento	51.103	(10.929)	(5.847)	5.847	-	366	-	40.540
Total	1.738.494	(1.043.555)	(88.066)	106.541	436.405	9.415	-	1.159.234



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2021

	Controladora							
	01/01/2020	Liquidações	Juros pagos	Varição cambial e monetárias	Novas captações	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2020
Empréstimos – Circulante	311.744	(466.335)	(11.911)	113.916	478.210	-	(425.624)	-
Empréstimos – Não circulante	-	-	-	-	-	-	425.624	425.624
Debêntures – Circulante	612.506	(433.727)	(54.185)	51.833	-	-	177.127	353.554
Debêntures - Não circulante	906.314	-	-	-	-	-	(177.127)	729.187
Contas a pagar aquisição de controladas – Circulante	3.254	-	-	-	-	-	822	4.076
Contas a pagar aquisição de controladas - Não circulante	61.806	-	(704)	1.797	-	-	(822)	62.077
Contas a pagar aquisição de investidas – Partes relacionadas – Circulante	77.272	-	-	-	-	-	(37.046)	40.226
Contas a pagar aquisição de investidas – Partes relacionadas - Não circulantes	58.815	(44.850)	(4.374)	761	-	-	37.046	47.398
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	505	114.014	(5.193)	(85.268)	-	-	-	24.058
Passivo de arrendamento	51.914	(11.394)	(3.893)	3.892	-	(15.054)	-	25.465
Total	2.084.130	(842.292)	(80.260)	86.931	478.210	(15.054)	-	1.711.665

	Consolidado							
	01/01/2020	Liquidações	Juros pagos	Varição cambial e monetárias	Novas captações	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2020
Empréstimos – Circulante	312.529	(467.200)	(11.946)	113.811	478.210	220	(425.624)	-
Empréstimos – Não circulante	-	-	-	-	-	-	425.624	425.624
Debêntures – Circulante	612.506	(433.727)	(54.185)	51.833	-	-	177.127	353.554
Debêntures - Não circulante	906.314	-	-	-	-	-	(177.127)	729.187
Contas a pagar aquisição de controladas - Circulante	3.254	-	-	-	-	-	822	4.076
Contas a pagar aquisição de controladas - Não circulante	61.806	-	(704)	1.797	-	-	(822)	62.077
Contas a pagar aquisição de investidas – Partes relacionadas – Circulante	86.332	(9.060)	-	-	-	-	(37.046)	40.226
Contas a pagar aquisição de investidas – Partes relacionadas - Não circulantes	126.954	(44.850)	(4.374)	760	-	(66.948)	37.046	48.588
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	505	114.014	(5.192)	(85.268)	-	-	-	24.059
Passivo de arrendamento	93.366	(17.644)	(11.461)	11.464	-	(24.622)	-	51.103
Total	2.203.566	(858.467)	(87.862)	94.397	478.210	(91.350)	-	1.738.494

27. Informações Complementares ao Fluxo de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Transações que não envolvem o desembolso de caixa:				
Passivo de arrendamento (a)	2.529	(15.054)	366	(24.622)
Redução de dívida – aquisição de partes relacionadas/ investimento	-	-	9.044	(66.948)
Operações no exterior diferenças cambiais na conversão	(2.628)	83.663	(20.187)	97.375
Reserva para aquisição de não controladores	1.305	86.388	1.305	86.388
Aumento de capital assunção de dívida	633.752	-	-	-
Ações em Tesouraria	1.645	-	1.645	-
Total	636.603	154.997	(7.827)	92.193

(a) Valor referente a saldos de contratos de aluguel - IFRS 16, vide nota explicativa 15.

(b) Valor referente à variação de conversão das controladas: Avantrip, Biblos e Ola S.A. e resultado líquido de hedge de fluxo de caixa.

28. Seguros

O Grupo tem como política manter cobertura de seguros em face dos riscos que envolvem entre outros, incêndios, danos materiais e responsabilidade civil, além de uma apólice de seguro de vida para seus funcionários.

As despesas com prêmios de seguros são registradas como despesas antecipadas, e reconhecidas na demonstração do resultado, linearmente, no exercício de vigência das apólices.

Tipo	31/12/2021
Risco civil	83.567
Responsabilidade civil administradores e diretores	172.322
Riscos gerais/cíveis	1.230.482
Total	1.486.371

29. Segmento reportáveis

Política contábil:

O CPC 22 (IFRS 8) — Informações por Segmento requer a divulgação de informações sobre os Segmentos operacionais de uma entidade derivadas do sistema de relatórios internos e usadas pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade para tomar decisão sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho. A melhor forma de avaliação das naturezas e os efeitos financeiros das atividades de negócios em que está envolvida e os ambientes econômicos em que operam é o geográfico, sendo feita a abertura, portanto, por Brasil e Argentina. Os resultados são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração do Grupo, que é o principal tomador de decisões operacionais na concepção do CPC 22 (IFRS 8).

29.1 Resultados por segmento

	31/12/2021		
	Brasil	Argentina	Consolidado
Receita líquida de vendas	706.728	119.138	825.866
Lucro Bruto	706.728	119.138	825.866
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>			
Despesas de vendas	(105.534)	(56.065)	(161.599)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	2.845	(1.010)	1.835
Despesas gerais e administrativas	(828.957)	(180.587)	(1.009.544)
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	<i>(703.992)</i>	<i>(96.964)</i>	<i>(800.956)</i>
<i>Depreciação e amortização</i>	<i>(124.965)</i>	<i>(83.623)</i>	<i>(208.588)</i>
Outras receitas operacionais	80.742	10.744	91.486
Outras despesas operacionais	(189.183)	(2.503)	(191.686)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(333.359)	(110.283)	(443.642)
Resultado financeiro	(129.247)	27.585	(101.662)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(462.606)	(82.698)	(545.304)
Imposto de renda e contribuição social	61.772	(3.110)	58.662
Corrente	784	(220)	564
Diferido	60.988	(2.890)	58.098
Prejuízo do exercício	(400.834)	(85.808)	(486.642)
Atribuído a acionistas controladores	(401.427)	(74.916)	(476.343)
Atribuído a acionistas não controladores	593	(10.892)	(10.299)
	31/12/2020		
	Brasil	Argentina	Consolidado
Receita líquida de vendas	550.299	74.540	624.839
Custo dos serviços prestados	(107.462)	-	(107.462)
Lucro Bruto	442.837	74.540	517.377
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>			
Despesas de vendas	(103.619)	(31.518)	(135.137)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(91.377)	(255)	(91.632)
Despesas gerais e administrativas	(718.980)	(206.243)	(925.223)
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	<i>(570.951)</i>	<i>(141.629)</i>	<i>(712.580)</i>
<i>Depreciação e amortização</i>	<i>(148.029)</i>	<i>(64.614)</i>	<i>(212.643)</i>
Outras receitas operacionais	105.279	9.310	114.590
Outras despesas operacionais	(459.624)	(423.585)	(883.210)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(825.484)	(577.751)	(1.403.235)
Resultado financeiro	(136.234)	1.045	(135.189)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(961.718)	(576.706)	(1.538.424)
Imposto de renda e contribuição social	309.910	1.778	311.688
Corrente	3.614	(119)	3.495
Diferido	306.296	1.897	308.193
Prejuízo do exercício	(651.808)	(574.928)	(1.226.736)
Atribuído a acionistas controladores	(652.232)	(544.395)	(1.196.627)
Atribuído a acionistas não controladores	424	(30.533)	(30.109)

29.2 Ativos e passivos por segmento

Ativo	31/12/2021			31/12/2020		
	Brasil	Argentina	Consolidado	Brasil	Argentina	Consolidado
Ágio	308.292	-	308.292	375.079	59.011	434.090
Ativo intangível	690.998	108.829	799.827	491.032	245.423	736.455
Ativo imobilizado	31.073	7.167	38.240	31.007	9.661	40.668
Contas a receber de clientes	1.016.843	76.031	1.092.874	1.111.729	36.419	1.148.148
Adiantamento a fornecedores	692.369	21.812	714.181	808.456	21.163	829.619
Despesas pagas antecipadamente	60.418	2.863	63.281	35.001	3.652	38.653
Direito de uso de arrendamento	33.614	1.331	34.945	36.105	5.967	42.072
Outros ativos por segmento	225.248	130.002	355.250	159.034	71.328	230.362
	3.058.855	348.035	3.406.890	3.047.443	452.624	3.500.067
Ativos não alocados			1.550.299			1.596.525
Total do ativo			4.957.189			5.096.592

Passivo	31/12/2021			31/12/2020		
	Brasil	Argentina	Consolidado	Brasil	Argentina	Consolidado
Fornecedores	496.316	175.128	671.444	391.475	100.297	491.772
Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	1.945.622	192.300	2.137.922	2.002.195	148.069	2.150.264
Outros passivos por segmento	315.497	65.113	380.610	284.583	64.947	349.530
	2.757.435	432.541	3.189.976	2.678.253	313.313	2.991.566
Passivos não alocados			1.391.921			2.047.368
Total do passivo			4.581.897			5.038.934

30. Eventos Subsequentes

Medida Provisória nº 1.101 alteração da Lei nº 14.046/20 (Lei do Turismo)

Desde o início da pandemia, a Companhia vem oferecendo a remarcação das reservas e dos serviços que foram adiados ou a concessão de crédito para uso ou abatimento na compra de outras reservas ou serviços de turismo, segundo a conveniência do próprio consumidor. A condição foi prorrogada pela Medida Provisória nº 1.101/22 (“MP”), publicada em 22/02/22, que alterou o texto da Lei 14.046/20, prorrogando assim, os prazos para remarcação e crédito até 31/12/2023.

Na hipótese de restarem impossibilitados o oferecimento de remarcação ou o crédito ao consumidor, o Grupo restituirá o valor ao consumidor em 31/12/2022, para reservas e serviços adquiridos entre 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022 e em 31/12/2023, para reservas e serviços adquiridos entre 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 (Veja nota explicativa 21 “C”). Para os serviços aéreos, a Companhia também manteve a oferta para remarcação das reservas ou a concessão de crédito, conforme a disponibilidade e regras tarifárias das companhias aéreas, ou ainda, o reembolso, que ocorrerão conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.034, de 5 de agosto de 2020 (“Lei das Aéreas”).